



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0440/12	DATA: 25/04/2012
INÍCIO: 10h40min	TÉRMINO: 13h51min	DURAÇÃO: 03h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h09min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Presidenta da PETROBRAS.

SUMÁRIO: Apresentação de propostas relativas ao futuro da PETROBRAS.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Declaro aberta a audiência pública para apresentação de propostas relativas ao futuro da PETROBRAS, em atendimento ao Requerimento nº 92, de 2012, de autoria do nobre Deputado Arnaldo Jardim, com apoio da unanimidade dos nossos colegas de Comissão.

Convido a Dra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da PETROBRAS, quem, para alegria nossa, já trouxemos diretamente à Mesa, pela informalidade com que sempre se apresenta a esta Casa. Já estou aqui há nove mandatos. Desde que conheço a Dra. Maria Graça Foster, ela nunca se recusou, em qualquer posto em qualquer entidade do Governo, a participar de nossas audiências. Por isso a alegria de tê-la aqui.

Inicialmente cumprimento todos os presentes, em especial nossa ilustre expositora.

Informo aos colegas de nossa e de outras Comissões que a lista de inscrição para os debates está aberta. A Secretaria a levará a cada Deputado e Deputada.

O Deputado e Deputada que desejar interpelar a senhora convidada deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. Já tiramos essa formalidade e a Secretaria já está passando a lista.

Comunico ainda que a senhora convidada não deverá ser apartada no decorrer da sua exposição. É do Regimento Interno, não estamos inventando nada em especial.

Somente após encerrada as exposições os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o tempo de 3 minutos e a convidada igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo se assim desejar.

Conforme o Regimento Interno, o nobre autor do requerimento, Deputado Arnaldo Jardim, tem disponibilidade maior de tempo de 10 minutos.

Antes de passar a palavra à Dra. Maria das Graças Silva Foster, se ela permitir, quero fazer rápido comentário sobre sua brilhante carreira. Eu diria, com a maior informalidade, que recebi de um grande amigo comum alguns aspectos dessa carreira brilhante, repito.

Graça, como assim fala nosso querido Wagner Vítter, é engenheira química com formação técnica impecável não somente por seus cursos de formação profissional, mas principalmente por ter passado por diversas áreas centrais da



PETROBRAS, entre elas o CENPES — Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, o símbolo máximo da inteligência da empresa, também gás, energia e subsidiárias, como BR Distribuidora e PETROQUISA — Petrobras Química S.A.

Na sua carreira voltada à atividade de Secretária de Petróleo e Gás no Governo Federal, com a Presidente Dilma Rousseff, à época, nossa Ministra, recebeu a missão de operacionalizar as políticas de conteúdo local por meio do Ministério, que derivou o programa PROMINP — Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural pela PETROBRAS.

Além disso, os próprios critérios de conteúdo local mínimo adotados pela ANP e seus processos de aferição, o que sempre foi fundamental para fortalecer a indústria nacional do petróleo e a geração de empregos no País.

Aqui, cita uma passagem que eu acho muito importante. O ex-Presidente, nosso querido amigo, para quem a gente pede a Deus que o conserve por muito tempo, Deputado Luiz Inácio Lula da Silva — digo Deputado porque fui Deputado com ele na Constituinte, então o conheci Deputado —, quando visitava a plataforma FPSO, no estaleiro de Mauá, no Rio de Janeiro, por saber que o nosso querido Wagner era funcionário da PETROBRAS, elogiava, àquela época, a competência e comprometimento do corpo técnico da empresa e citava como exemplo a Dra. Graça Foster, que acabava de deixar o Governo e voltava à PETROBRAS.

E, por isso, diz ele também, que a indústria brasileira ganha por ter uma Presidente da PETROBRAS com sensibilidade, que o desenvolvimento da indústria do petróleo tem que se dar com o desenvolvimento local e com a geração de empregos, renda e tecnologia no País e com grande alinhamento com a Presidente da República.

Por último, um traço da personalidade dela: ser mineira. Apesar de mineira, e há vários mineiros aqui, nós já a consideramos carioca, porque ela é tipicamente carioca da Ilha do Governador, bairro querido, e desfila na escola de samba União da Ilha. Eu fico com ciúmes por causa da Beija-Flor, mas, de qualquer forma, a União da Ilha é uma escola simpática. Ele diz aqui: *“Eu também não.”* Só não comungamos, porque ela é ferrenha torcedora do Botafogo e eu sou Flamengo. *(Risos.)* Além de ser mãe carinhosa de dois filhos, é avó.



Esse é o nosso intróito antes de darmos a palavra à Dra. Maria das Graças Silva Foster para sua exposição, tendo 20 minutos, prorrogáveis, se assim o desejar.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom dia a todos.

Para mim é uma honra estar aqui conversando com os senhores.

Agradeço muitíssimo ao Exmo. Deputado Simão Sessim por essa oportunidade, ao Exmo. Deputado Arnaldo Jardim pela convocação, pela apresentação, pelo pleito para que eu aqui estivesse. E não posso deixar de agradecer ao Wagner VICTER pelas palavras generosas.

Ainda que eu esteja trabalhando para a PETROBRAS há quase 33 anos, todos os dias, em todas as funções de que tenho participado, eu me surpreendo com a densidade, com a materialidade, com o tamanho da empresa. Então, eu precisaria de pelo menos 20 dias para falar sobre a PETROBRAS.

Eu vou apresentar alguns indicadores e os nossos projetos nesses 20 minutos que me foram reservados. E começo mostrando aos senhores o crescimento doméstico em exploração e produção.

Aqui, ao meu lado direito, tenho alguns indicadores. E o período sobre o qual vamos conversar aqui são os últimos 10 anos, para que tenhamos uma ideia do Brasil nesse tempo no que se refere à política energética e aos indicadores, especialmente da PETROBRAS.

No que se refere a blocos exploratórios sob concessão, nós olhamos que de 2000 a 2011 houve crescimento em torno de 293%, e a PETROBRAS é detentora de 40% desses blocos. Em relação àqueles blocos em exploração, houve crescimento de 255%, e a PETROBRAS é detentora da metade desses blocos que hoje encontram-se em fase exploratória.

Seguindo, vemos que existem muitas empresas operando no Brasil. No ano de 2000, na área de exploração e produção, tínhamos seis empresas, hoje, temos 57, ou seja, um crescimento bastante grande. E a PETROBRAS está entre as 33 empresas brasileiras.

O nosso marco regulatório tornou-se mais robusto nesse período de 10 anos. Temos 8 leis dedicadas a formar o arcabouço regulatório da atividade de petróleo e gás no Brasil. E estamos falando, por exemplo, da Lei nº 9.478, Lei do Petróleo, da Lei do Gás, novas leis que tratam dos contratos de partilha.



No *slide* seguinte, vemos o Brasil e o mundo no que se refere à reserva de óleo. Nós nos consideramos um País próspero, até agora — e tenho certeza de que continuará assim para sempre, independente de qualquer situação, de qualquer Governo que esteja conduzindo o País. O fato é que prosperamos muitíssimo nesses últimos 10 anos. Houve um crescimento de nossas reservas de 73%. Saímos de 9,9 bilhões de barris de óleo equivalente e passamos para 17 bilhões, enquanto que no mundo esse número cresceu 38%.

E aqui eu não estou incluindo aquele volume de óleo, já que nós temos como volume potencial reservas que serão incorporadas nos próximos anos provenientes do pré-sal. Aqui existe muito pouco de pré-sal. Em relação aos volumes potencialmente recuperáveis, se hoje já fossem caracterizados como reservas, esse número 17 certamente pularia para 32 bilhões de barris de óleo equivalente.

Em 10 anos a produção do Brasil cresceu 73%, e a do mundo, 12%. E as demandas por derivado, no País, cresceram 32%, enquanto que no mundo, 15%. Esse é um sinalizador muito importante, muito valioso para a PETROBRAS que, em última instância, o que faz é atender aos consumidores, à sociedade brasileira. A grande verdade é que tudo que fazemos tem uma grande motivação: a venda de combustíveis a fim de propiciar o funcionamento do ponto de vista energético deste País. E crescemos 32%. Vendemos mais gasolina, mais *diesel*, mais QAV, enquanto que o mundo compra 15% desses mesmos combustíveis. Isso mostra a robustez e o crescimento econômico da nossa Nação, nos últimos 10 anos.

No *slide* seguinte, vemos o nosso desafio permanente. Permanentemente nós trabalhamos pela incorporação de reservas: incorporar reservas e produzir petróleo; refinar e entregar petróleo. De 1991 para 2011, um intervalo de tempo maior, 20 anos, houve crescimento de nossas reservas de 164%. Entre 2010 e 2011, houve crescimento de 3%, em termos de incorporação de reservas.

Temos uma relação reserva/produção, o que é muito importante para o nosso País, muito importante para todos os países que consomem combustíveis fósseis. É como se fosse uma grande caderneta de poupança em que temos as descobertas e declaramos a sua comercialidade. Quando se trata de gás natural, temos já o mercado que vai tomar esse gás, e fazemos a incorporação de reservas.



Então, nesses últimos 20 anos, houve crescimento de 164% e temos uma razão reserva/produção de 19,2 anos.

É importante notar que no ano de 2011 houve uma incorporação de 0,98 bilhão de barris de óleo equivalente do pré-sal. É importante observar também algo que nos torna um País extremamente competitivo, extremamente atraente para o investimento nacional e estrangeiro: o sucesso exploratório da PETROBRAS — e nesse caso não estou falando do Brasil, estou falando do sucesso exploratório da PETROBRAS — que, no ano de 2011, foi de 59%.

E chamo a atenção para que no mundo índices considerados muito bons não chegam a 40%, são índices em torno de 38%. Esses 59% são muito bons considerados até excepcionais em âmbito mundial.

Mais importante ainda é que, quando olhamos o pré-sal — essa tarja vermelha ao final da folha —, atividade feita pela PETROBRAS, o nosso índice de sucesso exploratório, em 2011, foi de 94%. É algo esplendoroso que muito nos orgulha. E mais do que isso, como cidadãos brasileiros nos sentimos muito seguros da nossa capacidade de produzir, de explorar, de explorar e de entregar à sociedade brasileira um volume de óleo que possa garantir o seu crescimento econômico e, muito mais do que isso, a soberania nacional, porque energia é soberania.

E assim a PETROBRAS e várias outras empresas brasileiras e estrangeiras têm trabalhado fortemente para que essa soberania seja algo muito em nossa mão, para que possamos continuar fazendo este País crescer.

Nossas descobertas em 2011 e 2012 se concentraram. Somos uma empresa *offshore*, 85% de tudo que fazemos é no mar. A PETROBRAS tem muita atenção com várias atividades exploratórias, na Bahia e em Sergipe. Eu estive em Sergipe na segunda-feira, o campo de Carmópolis ainda é extremamente motivante. Muito temos ainda por fazer para recuperar mais e mais petróleo no Nordeste em atividades *offshore*. A nossa vocação tem se cristalizado, tornando cada vez mais expressiva para o mundo as nossas atividades *offshore*, principalmente nas bacias do Espírito Santo, de Campos e Santos.

O ano de 2012, este ano que acabou de começar e que passa muito rápido, anda muito depressa, houve várias descobertas anunciadas no pré-sal, como Abaré, Biguá, Franco, Carioca Sela, Nordeste de Tupi, Carcará e Dolomita Sul.



É importante dizer que uma descoberta dessa, nos anos de 2012, 2011, 2010, é um trabalho de muitos anos. Uma descoberta não se dá de um trabalho que fazemos de forma expedita; são muitos e muitos anos estudando, avaliando uma bacia sedimentar, buscando modelos geológicos em um sentido e em outro, combinando, cruzando informações, para que os nossos técnicos tenham um resultado excepcional nesse fantástico índice de sucesso exploratório no ano de 2011.

Na sequência, enquanto a incorporação de reservas é o nosso desafio permanente, a produção de petróleo é o nosso desafio diário. São 24 horas por dia de atividade, em que nós colocamos como uma condição de contorno imutável a segurança operacional, o respeito às leis, o respeito às boas práticas. De 1991 a 2011, crescemos 213% em nossa produção média diária. Passamos de 650 mil barris de petróleo por dia para 2 milhões e 23 mil barris de petróleo no ano de 2011. E os nossos maiores campos produtores são Espírito Santo, como eu havia dito, Campos e Santos.

Então, esse é o nosso desafio diário, permanente: fazer a gestão dos nossos recursos para produzir, mantendo o bom comportamento do reservatório sem antecipar uma depleção, manter o máximo da produção, principalmente a integridade do reservatório, a vida dos nossos trabalhadores e a nossa relação absolutamente amigável com o meio ambiente.

Do ponto de vista da geração de energia elétrica com gás natural, houve crescimento de 729% entre 2000 e 2011. No ano 2000, éramos capazes de gerar 1.192 megawatts de energia, e, no ano de 2011, fomos capazes de gerar, o Brasil, e a PETROBRAS de entregar praticamente 10 mil megawatts de energia elétrica produzida através do gás natural.

Pelo menos ontem, a geração de energia elétrica com gás natural esteve muito próxima de 6 mil megawatts. Isso traduz uma segurança gigantesca ao sistema elétrico brasileiro por essa capacidade que temos de atender os períodos secos e em momentos que se têm problemas de geração de energia elétrica por uma interrupção de natureza física.

O fato é que este ano tudo indica, principalmente no Nordeste, que se trata de um ano severo em termos de seca, um ano extremamente seco, em que as chuvas



não vieram ou foram muito curtas. Por isso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico tem utilizado, desde cedo, a geração de energia elétrica para poupar água em reservatório.

Temos uma geração complementar de energia elétrica a óleo — aí está a PETROBRAS —, de 1.662 megawatts no ano de 2000, com crescimento de 124% no ano de 2011.

No ano 2000, a geração de energia eólica no Brasil era completamente insignificante. Hoje, o Brasil, não a PETROBRAS, tem 1.300 megawatts de energia eólica, e a PETROBRAS, 140 megawatts, principalmente no Rio Grande do Norte.

Lei do setor elétrico.

No ano 2000, cinco leis; hoje, nove leis. Ou seja, tanto do ponto de vista do petróleo e gás e da geração de energia elétrica, o Brasil tem uma regulação bastante razoável, que atende às nossas demandas e faz com que este País seja respeitado pela sua certeza, pela garantia de que não estaremos rasgando o contrato, como acontece em alguns países. Ou seja, é seguro investir em energia elétrica no Brasil, é seguro investir em petróleo e gás no Brasil.

Em relação à futura geração de energia elétrica, trago parte do plano de negócios 2011/2020. Esse plano, como em todos os anos nessa época do ano, está sendo atualizado. Todos os anos terminamos o plano em torno do mês de julho ou agosto, e ele já passa por um processo de atualização. Então, não é específico desse ano. Todos os anos o Plano de Negócios é atualizado.

No Brasil, no balanço oferta e demanda, para até 2020, temos contabilizado 25 milhões de metros cúbicos/dia de gás para novas usinas, dobrando o consumo potencial em relação ao ano de 2011.

Se olharmos o ano de 2011 e olharmos para frente, veremos uma projeção no plano de demanda termoelétrica: gás para as térmicas, vindo da produção nacional, o gás da Bolívia, que é uma necessidade do Brasil e que transcenderá o ano de 2020 — e o gás boliviano é importante para nós —, e o GNL, que vem do Catar, principalmente de Trinidad e Tobago.

Juntando o gás nacional, o gás da Bolívia e o Gás Natural Liquefeito, existe uma projeção de praticamente dobrar os megawatts que temos, como gerador ou



supridor do gás para novas térmicas e para a geração de energia elétrica a gás natural no Brasil. Isso é o que está previsto no plano.

Porém, essa geração não depende única e exclusivamente da PETROBRAS, ela depende de que a Empresa de Pesquisa Energética — EPE continue, como tem feito, sistematicamente, a fazer leilões para energia a gás natural. Existe grande questão da PETROBRAS — tenho dito isso inúmeras vezes e mostrado tecnicamente —: o gás produzido hoje no Brasil está a 300 quilômetros da costa e a 7 mil metros de profundidade. Esse gás não consegue competir com a energia de fonte eólica. Nessa situação, quando a EPE faz um leilão de energia em que ela coloca para disputar aquele megawatt a um menor preço, o gás natural, a eólica, a biomassa e outras fontes, é impossível hoje competirmos com a energia eólica a 95 reais por megawatt/hora. Mas, estamos com o gás contabilizado no plano para essa geração.

No que se refere a fertilizantes, os números são realmente impressionantes. A demanda por amônia no Brasil cresceu 32% de 2000 a 2011 e no mundo 26%. A demanda por ureia cresceu 72% no Brasil e no mundo 43%. Quando nós falamos mundo, que mundo é esse que cresce, que mundo é esse que come, que tanto cresce em número de pessoas e em poder aquisitivo? Por exemplo, os BRICs, Brasil, Rússia, Índia e China, nós crescemos mais do que eles em demanda, sinal de que o povo brasileiro tem comido mais e isso demanda muito mais para agricultura mais amônia e mais ureia.

No caso do sulfato de amônio, nós crescemos 23% e o mundo 20%. É impressionante a demanda por produtos à base dos potássicos: 73% foi o nosso crescimento, e o mundo cresceu 31%.

Eu mostro para os senhores alguns projetos da PETROBRAS no que se refere a fertilizantes. Em dezembro de 2014, entrará em operação a nossa terceira planta de fertilizante, no Mato Grosso do Sul, que produzirá 1,22 milhões de toneladas por ano de ureia e 70 mil toneladas por ano de amônia. Em Uberaba, Minas Gerais, estamos num projeto básico de terraplanagem, uma planta de amônia que produzirá no Triângulo Mineiro, maior mercado consumidor de amônia, 519 mil toneladas por ano.



E, na FAFEN, Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe, estamos construindo uma fábrica de sulfato de amônia ao lado, aproveitando a amônia que sobrava em Sergipe. Pegamos a amônia excedente, trazemos o ácido sulfúrico que virá da RNEST, em Pernambuco, a nossa refinaria, e faremos a utilização do ácido sulfúrico e da amônia excedente para produzir sulfato de amônia.

Existem outros projetos, como o gás químico do Espírito Santo, em que também produziremos ureia, entre outros químicos.

Olhando para este gráfico que aparece nesta figura em barras azuis, podemos ver que a PETROBRAS, ainda que ela esteja investindo nos próximos 5, 6 anos em torno de 8 bilhões de dólares em plantas de fertilizantes, no ano 2020, estaremos importando 14% de amônia, 39% de ureia e 76% de sulfato de amônio, ou seja, é preciso mais gás e é preciso mais investimento para atender a demanda do País.

O crescimento da demanda de derivados também é surpreendente no Brasil.

De 2000 para 2011, o crescimento do consumo de gasolina foi de 49% no Brasil e de 15% no mundo; *diesel*, o nosso mercado compra hoje 43% e o mundo 29% a mais; o crescimento QAV, em 10 anos, em nosso País, foi de 53%, enquanto no mundo o crescimento encolheu, o mundo viaja menos. O mundo deu uma encolhida e nós crescemos 53%.

É muito bacana chegarmos a um avião e vermos passageiros de primeira viagem. Nós que viajamos muito vemos sempre passageiros de primeira viagem. Hoje, duas moças bem bacanas estavam sentadas ao meu lado e me perguntavam se podiam pegar a revista, comer outro biscoito, porque aquela era a primeira vez que estavam viajando. Respondi-lhes que sim. Tiravam fotos e mais fotos. Era um negócio impressionante, muito bacana mesmo. Isso é freqüente. Outro dia, no avião em que viajava, saindo da Paraíba para o Rio de Janeiro, tinha uma moça muito simples transportando uma caixa de empadas. Vendo que a comida não vinha, passou a distribuir as empadas no avião. Achei aquilo bacana à beça, achei bem legal. Eu ganhei uma empada bem boa. (*Risos*.)

Passemos à demanda por óleo combustível.

Vejam que coisa interessante: o Brasil consome menos 56% de óleo combustível e o mundo consome menos 18%. Isso é muito bacana. Estamos



trocando o óleo combustível por gás natural. Por isso consumimos menos. O gás natural cresceu muito. Não trouxemos o percentual de crescimento do gás natural, mas ele cresceu mais de 60%.

Verificamos a questão do *Brent*, o preço do barril de petróleo. Muitos nos perguntam por que não repassamos automaticamente para os combustíveis o preço internacional.

Esse mercado é novo, muito novo, esse crescimento em 10 anos, especialmente nos últimos 5, 6 anos, quando há uma rampa mais acelerada de crescimento.

Imaginem os senhores toda a tensão política existente na Líbia. Nesta imagem, selecionei alguns países para essa reunião nossa hoje: Líbia, Sudão, dividido em dois, Iêmen, Irã — o embargo ao Irã por conta das questões nucleares de países da Europa —, a crise nos Estados Unidos, a crise europeia, a questão específica da Grécia. Imaginem os senhores nós repassando direto a tensão desses números para a sociedade brasileira em cima de um conjunto de combustíveis de um mercado novo, muito novo.

Lembro-me da minha época de início de PETROBRAS, morando na Ilha do Governador, trabalhando do CENPES. Tínhamos um carro pequeno que conduzia cinco pessoas. Casa dia da semana uma delas conduzia seu carro para não gastar combustível. Não é que eu queira engarrafamento. Acho que cabe aos Governadores e Prefeitos fazer o plano diretor, arrumar as ruas, agora, gostamos muito de vender combustível, essa é a nossa razão de ser, e entendemos muito bem que é um mercado delicado para o qual devemos ter muita atenção e muita dedicação.

Já a caminho do término da nossa apresentação, temos nessa curva vermelha o crescimento do preço do barril de petróleo. A média de 2010 foi de 80 dólares por barril; a média de 2011, 111 dólares por barril; e para 2012 existem previsores que colocam até 130 dólares o valor do preço do petróleo, o preço do *brent*. Esse valor tão alto é muito ruim para o desenvolvimento das economias, porque é inexorável, é impossível que não haja repasse. Damos atenção ao novo consumidor, ao novo mercado, tão importante para nós, porque a PETROBRAS abastece o Brasil, para não dizer em 100%, mas muito perto disso, em 95%, em



98%. Então, é impossível que não repassemos aos preços futuros patamares caso esse *brent* cresça nas proporções apresentadas por alguns previsores. Outros previsores mostram o petróleo a 91, a 94, a 100. Nós trabalhamos no ano 2012 com 119 dólar por barril.

Garanto a todos que o não repasse aos preços até este momento não tem minimizado a nossa capacidade de investimento.

Faço questão de ler essa frase: *“A conjuntura de preços internacionais não tem afetado a capacidade de investimentos da PETROBRAS.”*

O crescimento do nosso investimento de 2003 a 2012 é o seguinte: de 18, 22, 24, 26 bilhões de reais. No ano passado foram 73 bilhões de reais. Essa diferença não foi porque houve investimento menor. O investimento foi maior, e não tivemos capacidade — quando digo “nós”, refiro-me à PETROBRAS mais a indústria de bens e serviços no Brasil e no exterior — de atender toda a nossa demanda. Então, se a indústria de bens e serviços e se nós, PETROBRAS, não conseguirmos realizar tudo, não posso pagar tudo. Por isso o investimento foi menor. Para o ano de 2012 estão previstos 88 bilhões de reais, o maior investimento da PETROBRAS em um único ano.

O conteúdo local é importante? Sim. Somos uma empresa controlada pelo Governo brasileiro. É política do Governo brasileiro, é política industrial que a indústria de bens e serviços cresça com a PETROBRAS, cresça com a SHELL, cresça com a BG, cresça com a CHEVRON. Em todos os blocos exploratórios existem compromissos de conteúdo local, não só para a PETROBRAS, mas para todas as empresas.

Posso garantir isso a vocês, porque fiz parte dessa política quando secretária. Desde o início, todos os números foram discutidos com a PETROBRAS. Então, se o número é 60%, é 65%, é 73%, a responsabilidade de atendê-lo é da PETROBRAS, porque esse número foi discutido com a PETROBRAS, com a ANP, com o Ministério de Minas e Energia, com a Federação das indústrias — e nós temos responsabilidade sobre ele. Esse número vem crescendo. Em 2004, na área de exploração e produção — e neste caso estou falando de plataforma, de sondas, de equipamentos —, o conteúdo local era 55%. No ano de 2011 foi medido: 62%. Na hora do abastecimento, refinarias, unidades petroquímicas, esse número, que era



82%, hoje é 92%. O conteúdo local na área de gás e de energia, que era 70%, cresceu 20 pontos percentuais e hoje é 90%. Essa já é a resposta positiva da indústria nacional de bens e serviços atendendo à indústria de petróleo e gás.

Finalizando, tenho mais dois eslaides sobre conteúdo local atualmente.

Primeiro eslaide. Em cima, sondas importadas. Todas as sondas de perfuração de hoje e as que estão para chegar são importadas. Houve atraso na entrega, todas foram construídas fora do Brasil. É raro ver uma, duas, três que bateram no alvo, todas foram importadas.

Daqui para frente, ao entrarem as primeiras oito, no início de 2016, todas as sondas serão construídas no Brasil, com conteúdo local que vai variar de 55% a 65%.

Então, em relação ao conteúdo local, conforme visto no eslaide anterior, a indústria de bens e serviços passou por um processo de aprendizado. Ela cresceu de 60% para 80%, de 80% para 90% em determinados segmentos. Então, a escola fez bem, e agora nós podemos apertar e dizer: as 33 sondas de perfuração serão construídas no Brasil com conteúdo local que vai variar de 55% a 65%

No próximo eslaide, que complementa este primeiro, as unidades estacionárias de produção. Você tem sonda de perfuração, barcos que fazem a interligação e, depois, as unidades de produção.

A história é a mesma, na parte de cima, em verde, todas as unidades estacionárias de produção — todas aquelas unidades imensas que têm uma “verdadeira refinaria”, entre aspas, em cima — foram construídas fora do Brasil, todas elas. O conteúdo local era zero. A partir de 2013, começam a ficar disponíveis aquelas unidades de produção que já estão sendo produzidas. As sondas de perfuração começarão a ser construídas; as unidades de produção já estão sendo produzidas no Brasil com conteúdo local que varia de 63% para 65%.

A PETROBRAS e outras empresas participaram da discussão desses números com o Ministério de Minas e Energia. A gente reclama porque gosta de reclamar. A gente quem? A PETROBRAS. Mas foi discutido, a responsabilidade de fazer é nossa. E aí eu digo para vocês que o assunto “*conteúdo local*” na PETROBRAS passou a estar ligado diretamente à Presidência, diretamente ligado à mim.



Em relação ao projeto de fazer essa ligação do conteúdo local diretamente ao Presidente da companhia — eu falo ao Presidente porque essa já foi uma decisão do meu antecessor, do Gabrielli —, nós entendemos, trabalhando a política da PETROBRAS, que o conteúdo local devia ficar ligado ao Presidente. Essa decisão tomada entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro deste ano. Nós batemos o martelo. À luz da nossa política, aprovada no ano passado, em dezembro, tomamos a decisão de ter um assessor da presidência, agora da Presidente, para tratar, monitorar e acompanhar o assunto “*conteúdo local*” de forma muito focada, muito específica, porque nós devemos atender à política industrial do Brasil.

Veja bem, não é só a PETROBRAS. Qualquer empresa que opere no Brasil tem obrigação de atender a determinados níveis de conteúdo local.

Senhores e senhoras, eu agradeço muitíssimo a atenção de vocês e desculpem-me ter alongado além da conta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Nós é que agradecemos à querida Presidente da PETROBRAS pela brilhante exposição. E queria observar às Sras. e aos Srs. Deputados que eu e o Deputado Arnaldo Jardim, quando fomos ao convite fazer o convite à Presidenta da PETROBRAS, S.Sa. ficou à disposição para qualquer debate.

Entendemos, nós, da Comissão, devemos otimizar o debate. A PETROBRAS é muito grande, como S.Sa. disse no início. Para se falar a respeito da PETROBRAS, seriam necessárias várias e várias horas. Embora o Deputado Arnaldo Jardim, o Deputado José Otávio Germano e este Deputado tivéssemos o cuidado em restringir a pauta para debate, mesmo assim, S.Sa. teve que usar 34 minutos. O normal seriam 20 minutos. Por aí os senhores observam como é grande a PETROBRAS. Graças a Deus!

Então, nós estabelecemos também o que foi dito aqui: o debate deve girar em torno dessa pauta para que o tempo seja otimizado neste primeiro momento com a PETROBRAS. Se Deus quiser, teremos outros. A Presidente estabeleceu conosco o compromisso e a parceria para discutirmos grandes temas nacionais ligados à PETROBRAS, à economia, principalmente. Temos certeza de que S.Sa. virá aqui



quantas vezes forem necessárias para debater assuntos relacionados à PETROBRAS.

Por isso, nossa gratidão é muito grande. No momento em que S.Sa. está estabelecendo seu programa de trabalho, praticamente iniciando, já prevê para nós uma série de informações futuras sobre o que a PETROBRAS poderá representar para o Brasil.

Antes de iniciar os debates, quero convidar os autores, Deputados Arnaldo Jardim e José Otávio Germano, a fazerem parte da Mesa, se pretenderem. Se preferirem ficar nos seus lugares... Mas nós queríamos distinguí-los pela brilhante iniciativa de trazer a querida Presidenta da PETROBRAS.

Deputado Arnaldo Jardim, se V.Exa. pretender...

S.Exa. gosta de ficar ali, é um homem muito popular.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO** - Presidente, eu só sentei aqui porque não havia lugar ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - José Otávio, V.Exa. pode ficar à vontade ao nosso lado, nosso ex-Presidente. Tenho o maior carinho em tê-lo ao nosso lado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO** - Se V.Exa. permitir,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Informo que os visitantes, os convidados têm preferência para assento nas quatro primeiras fileiras. Se os Deputados puderem ceder espaço para que eles não fiquem de pé, uma vez que participarão dos debates...

Quero também dizer que esta reunião está sendo gravada e, ao mesmo tempo, sendo transmitida diretamente pela *TV Câmara*, inclusive pela Internet. É lógico que gostaríamos de distribuir cópias da palestra da Dra. Graça Foste, mas não há necessidade, uma vez que quem desejar poderá acessá-la no *site* já a partir do encerramento desta reunião. Portanto, não há por que distribuirmos cópia da palestra, que foi muito didática, muito interessante. Acho que ficamos bastante felizes.

Vamos passar aos debates. Previno que os autores dispõem de 10 minutos, se assim o desejarem, e os demais, 3 minutos. Para otimizar, quero dizer aos nobres colegas, Deputados e Deputadas, que temos inscritos — número recorde nesta



Comissão — 22 Sras. e Srs. Deputados. Gostaríamos que todos pudessem ter a oportunidade do debate.

Primeiro falarão os dois autores. O Deputado José Otávio Germano, Arnaldo Jardim, pediu-me para ser o primeiro, se puder, porque S.Exa. tem compromisso, precisa viajar.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Otávio Germano.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO** - Obrigado, Presidente. Muito obrigada, Sra. Presidenta, Dra. Maria das Graças Foster.

Já não é a primeira vez que a Dra. Maria das Graças vem a esta Comissão. Eu mesmo, na condição de Presidente desta Comissão tive a honra de recebê-la; depois, em outras vezes, como Diretora de Petróleo e Gás da PETROBRAS, esteve aqui, quando tratamos da crise boliviana, do desabastecimento de gás.

Esta é uma Comissão renovada. S.Sa. deve estar vendo aqui alguns poucos Deputados remanescentes daquela época — Deputados Fernando Ferro, Simão Sessim e eu — e um grupo muito novo, atuante e qualificado que faz parte desta Comissão.

Não vou usar os 10 minutos nem vou fazer questionamento algum, Dra. Maria das Graças. Quero utilizar meu tempo para agradecer ao Deputado Arnaldo Jardim por ter proposto comigo este requerimento. Sou muito grato pela companhia que tenho tido do meu querido amigo e irmão, Deputado Arnaldo Jardim.

Sr. Presidente, Deputado Simão Sessim, acho que a vinda da Presidenta é um tento e tanto para a nossa Comissão, que consegue promover, nesses dias tão difíceis que temos vivido em Brasília, um debate técnico da mais alta qualidade, visando aos interesses brasileiros.

Se V.Sa. quiser, Dra. Maria das Graças, não precisa responder agora, poderá fazê-lo em um agrupamento de perguntas. Talvez o País queira ouvir uma palavra de V.Sa. sobre a contenda entre Argentina e Espanha no que diz respeito à desapropriação da companhia espanhola, feita pelo país vizinho, a Argentina, tendo em vista que nós, brasileiros, principalmente por meio da PETROBRAS, temos também naquele país diversos investimentos. Uma palavra de V.Sa. sobre o assunto será interessante para abrilhantar ainda mais a extraordinária explanação



que fez. Cumprimento-a mais uma vez, dizendo que todos nós somos premiados por poder ter V.Sa. como Presidenta da PETROBRAS.

Parabéns e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Antes de passar a palavra à Dra. Graça Foster, quero dizer ao nobre Deputado José Otávio Germano que o assunto não está dentro da pauta inicial. Porém, Dra. Maria das Graças Foster, fique à vontade, se quiser responder sobre o assunto, que, aliás, está bem tempestivo.

Com a palavra a Dra. Graça Foster. (*Pausa.*)

Se a Dra. Graça permitir, o Deputado Arnaldo Jardim fará também suas perguntas. Neste bloco, os dois terão de S.Sa. as respostas. Está bem?

Deputado Arnaldo Jardim, dispõe V.Exa. de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Muito obrigado, Deputado Simão Sessim. Vou tentar ser rápido para facilitar o debate.

Sras. e Srs. Parlamentares, cumprimento a Presidenta, Dra. Maria das Graças Foster. Estou extremamente feliz em ver uma reunião tão significativa. Acho que com isso a Comissão de Minas e Energia cumpre o seu papel.

Afora a questão de gentileza e simpatia que temos pela Presidenta, que tão delicadamente nos recebeu em seu gabinete, uma figura humana extraordinária, quero manifestar o meu respeito, mas quero dizer, Presidenta, que acho que colaboramos muito quando somos incisivos nas perguntas que fazemos, porque falamos de uma companhia fundamental para o bem do País. O ritmo da PETROBRAS dita o ritmo de crescimento do Brasil — S.Sa. bem sabe disso. Por isso, sei da responsabilidade que tem S.Sa.

O dia em que eu e o Deputado Simão Sessim, duas testemunhas, tivemos a oportunidade de nos encontrarmos com a Presidenta para marcar a data desta reunião, S.Sa. estava voltando de uma visita a um estaleiro. E S.Sa. tem feito isso sistematicamente na qualidade de Presidenta da PETROBRAS, ou seja, discutir estrategicamente a companhia e botar o pé no chão para que as coisas possam acontecer.

Tenho um conjunto de indagações pontuais, que, se possível, gostaria de mencioná-las, Presidenta, mas fiquei pensando muito, enquanto ouvia a senhora discorrer, naquilo que deveria ser a minha contribuição e naquilo que poderíamos



conversar. Acho que deveríamos conversar sobre algumas linhas gerais, isso colaboraria mais do que abordar pontos específicos.

Números comportam leituras muito diferentes, e a senhora sabe disso como ninguém. Imagino como S.Sa. tem se debruçado sobre os cronogramas que lhe são apresentados e, com lente de aumento, tenta enxergar o detalhe do número que faz a diferença, o detalhe da data daquilo que muitas vezes parece róseo, mas na realidade é uma coisa roxa pelo estrangulamento das necessidades atuais.

Em um dos quadros — nós não temos a apresentação em papel para que possamos analisá-lo — há uma questão que acho central. Queria conversar com a senhora sobre isso, pedir sua atenção.

O quadro de aumento da produção que foi aqui veiculado, de 2000 a 2011, mostra um aumento extraordinário, importante da nossa capacidade de produção de barris de petróleo. Porém, vi um determinado item que estava em 2005, porque o quadro começa com a produção de cerca 1 bilhão de barris, e hoje nós falamos em uma produção de 2 bilhões aproximadamente. Só que, ao analisar o ano de 2005, a produção é de 1,68, é o único número que aparece ali no gráfico apresentado. Nós vemos depois 2,022 em 2011.

Conta rápida de engenheiro que sou — somos aqui —, de 1,68 para 2,022 há um ritmo de crescimento de produção muito pequeno. A senhora sabe disso. A PETROBRAS, nesse período, nesses 6 anos, teve um ritmo de produção aquém daquela que era certamente a vontade da companhia, da necessidade do Brasil e do que estava previsto.

Essa é uma primeira questão, imagino que seja. Quando a senhora sentou ali com a responsabilidade de presidir a PETROBRAS, disse o seguinte: *“Estamos aumentando muito pouco a produção”*. Tão pouco — e a senhora sabe disso — que a nossa decantada e declarada autossuficiência de petróleo nos dias de hoje tem que ser cotejada com a importação de gasolina e de *diesel* recorde no ano passado. Até com relação ao etanol tivemos, infelizmente, de caminhar nesse sentido. Então, nesse bloco, quanto à questão do aumento de produção, que tipo de esforço, de concentração imagina a senhora deva ser feito?

Acompanhamos de longe o debate sobre o novo plano de investimento da PETROBRAS e a demora do conselho de administração em demarcá-lo. Acredito,



pela leitura que fiz dos jornais, sem uma informação mais detalhada, que uma das discussões foi exatamente o foco de investimentos da companhia. O foco de EIP será concentrado? Que tipo de atenção poderemos ter? Se efetivamente aquilo que está aqui, inclusive na última prestação de contas do PAC, com relação a algumas questões centrais, será cumprido? Por exemplo, no campo de Lula 2, piloto de produção, na última prestação de contas do PAC, teríamos no estaleiro da BrasFELS, no Rio de Janeiro, até o dia 31 de março, a chegada do navio. Não sei se isso aconteceu? No caso de Sapinhoá, teríamos a licença provisória do IBAMA estabelecida até abril. Conseguimos fazer com que isso efetivamente ocorresse? No caso específico das plataformas nºs 55 e 56 — sei que a senhora está muito concentrada —, a quantas anda? Que tipo de medidas foram tomadas para que pudéssemos ter o processo de aceleração dessa produção?

Nós, aqui na Câmara dos Deputados, debatemos — e a senhora acompanhou muito e foi muito importante a presença da senhora aqui —, discutimos a Lei do Gás. Lembro-me muito que tivemos um diálogo muito produtivo sobre isso, porque eu integrava aquela Comissão. Veio depois a deliberação sobre o marco regulatório do pré-sal. Eu presidi a Comissão que tratou da capitalização da PETROBRAS. Tivemos ali um arcabouço aprovado pela Câmara e reiterado unanimemente pelo Senado, sem nenhuma modificação. Acredito que foi o correto.

Há uma situação em que há um desafio grande: a única operadora estabelecida pelo Poder Legislativo; tivemos a política de cessão onerosa. No seu entender, a PETROBRAS tem hoje capacidade de investimento para fazer frente às necessidades de recursos para manter no ritmo adequado a exploração do pré-sal?

Queria muito que a senhora pudesse nos dar um pouco de detalhes sobre isso. Surpreende-nos muito, inclusive, a avaliação feita pelo mercado acionário. As ações da PETROBRAS, no meu entender — e eu sou acionista —, na minha declaração de bens — há 5 anos dou publicidade a ela, como Deputado Federal —, tem lá um pequeno percentual de ações da PETROBRAS porque acredito na companhia, mas elas estão baratas. Que avaliação a senhora faz sobre isso? Isso significa um temor sobre a capacidade de investimento, uma insegurança do ponto de vista da possibilidade de a PETROBRAS dar sequência a essa questão?



Um outro capítulo, Deputado Simão, para poder encerrar, diz respeito à questão do gás. Sabemos — e a senhora acompanhou de perto porque deu impulso muito grande como Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS — que hoje, diante da demanda existente por térmicas... Elogiamos a iniciativa das usinas eólicas, mas sabemos que elas têm de ser entendidas numa matriz energética como uma fonte complementar. Elas não têm a estabilidade indispensável. Então, o mix térmico de energia eólica com outras formas é muito importante.

Nos últimos leilões, vários operadores se ressentiram do limite que tinha a PETROBRAS de oferecer contratos de fornecimento. Algumas pessoas acabaram participando do leilão, numa situação diferenciada. Eu quero saber com qual cenário de disponibilidade de oferta de gás para geração térmica a senhora trabalha? A PETROBRAS vai manter uma política de se associar na ponta às térmicas ou vai atuar mais como fornecedora dentro desse processo? Que tipo de arranjo institucional está sendo pensado como uma diretriz do ponto de vista da companhia?

Por derradeiro, duas últimas perguntas, Presidenta Graças Foster.

Sobre a questão dos preços, quero mais reafirmar. É lógico que não queremos a instabilidade da “bomba de Teerã”, que no dia seguinte impacta o mercado de petróleo *brent*, ter uma oscilação desse tipo, mas o próprio cenário, naquela penúltima planilha mostrada, indica uma situação estável ao longo de 2011, em torno de 105 dólares ou 107 dólares o barril, e uma projeção prioritária para o cenário em torno de 120 dólares. Acho que esse é o cenário com o qual a equipe econômica trabalha, planeja.

Então, acho que isso significa, sim, uma necessidade de reajuste, de ajuste de preços, sob pena de nós não só desarranjarmos a companhia, mas desarranjarmos também um outro complexo, porque isso incide muito, como consequência, na comparação do preço do etanol. Quer dizer, você desarruma toda a matriz do ponto de vista de biocombustíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Deputado Arnaldo Jardim, para que não haja precedentes, por favor, o seu tempo está esgotado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Encerro dessa forma, agradecendo muito à Presidenta pela atenção dispensada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Passo a palavra à Dra. Graças Foster, para que possa responder ao Deputado José Otávio Germano e ao nosso Deputado Arnaldo Jardim, autores do requerimento desta nossa audiência pública.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Essas perguntas são muito boas. E o meu desafio é respondê-las de forma muito direta, porque senão seriam respostas muito longas, com mais uma hora de fala, certamente. As perguntas são ótimas, tanto as do Exmo. Deputado Arnaldo Jardim como a do Deputado José Otávio Germano.

Argentina e Espanha. A decisão tomada pela Argentina diz respeito à Argentina. A PETROBRAS é apenas uma operadora na Argentina. Nós temos atividades exploratórias, temos refino, temos distribuição na Argentina, e temos reiterado para o Governo da Argentina, nos ambientes adequados para isso, o nosso pedido de atenção aos nossos ativos. Isso é um dever que temos que fazer. Cumprimos rigorosamente todos os programas exploratórios na Argentina, cumprimos a regulação, cumprimos os quesitos de segurança nos nossos ativos, seja refino, seja a parte de *retail*, a parte de distribuição dos combustíveis. E chamamos a atenção para o fato de que queremos continuar na Argentina, queremos continuar investindo na Argentina. Agora, a decisão tomada pela Argentina, o modelo que a Argentina tomou é uma decisão que eu não devo comentar.

Bom, vou começar falando do gás natural para chegar ao estaleiro. Em 2007, quando eu saí da BR Distribuidora e fui ser Diretora de Gás e Energia, havia um desafio. Quando eu falava e olhava para as pessoas, elas pareciam não acreditar, não por que não acreditassem na PETROBRAS ou não acreditassem em mim, mas porque tratava-se de um desafio muito grande. Tínhamos 4 mil e 800 quilômetros de gasodutos e tínhamos que passar para algo muito próximo a 10 mil quilômetros. Naquele momento, ou você despachava térmicas, poucas térmicas, ou você entregava gás no Rio de Janeiro, por exemplo.

Numa participação na ALERJ, no Rio de Janeiro, com a presença de muitas pessoas, eu tive que explicar por que tínhamos cortado o gás da CEG, porque eu



tinha que despachar térmica. Então, foram cortes de algumas horas, mas foi preciso fazê-lo.

Já no ano passado, em 2010, há um ano, tínhamos, sim, os 10 mil quilômetros de gasodutos, e não é mais um gasoduto de 5 mil quilômetros. Foram dezenas de gasodutos feitos.

Então, como essa coisa funciona? Funciona pela determinação da direção da PETROBRAS, pela urgência, pela responsabilidade da empresa. E hoje, como eu disse, atendemos a todos os nossos clientes, que são as distribuidoras de gás; ela atende a todos os distribuidores de gás, e nós geramos 6 mil *megawatts*, com gás, todos simultaneamente.

Então, aquilo que parecia ser algo completamente impossível hoje roda com serenidade, num silêncio que a gente não percebe. E, aí, como funciona? Além da direção da companhia, há uma ação muito forte junto às obras. Como eu sou uma engenheira que foi estagiária, estive em obras, estive trabalhando no campo, essa intimidade é muito importante que você tenha com seus ativos. Em 45 dias na PETROBRAS visitei todos os grandes estaleiros, todos aqueles que têm ou terão grandes encomendas com a PETROBRAS. E foi muito claro posto para todos eles que nós vamos ser completamente intransigentes. Não aceitamos atrasos por quê? Porque precisamos levantar a curva de produção. Esse é o ponto, e o senhor tem toda a razão. Precisamos levantar as curvas de produção.

Agora, quando se sai de 600 mil barris de petróleo por dia e se chega a 2 milhões de barris de petróleo por dia, aqueles campos que estão 5, 10, 15 20 anos atrás eles vão depleccionando, e você não consegue ter mais a mesma taxa de aceleração de crescimento da produção, a não ser que você tenha grandes descobertas como o pré-sal, no Brasil.

Então, nós temos o planejamento de crescer não com aquela mesma aceleração, porque não é possível acontecer assim, inclusive os recursos são limitados, não são abaixo do que precisamos, mas são limitados no que se refere à movimentação e à produção de todo aquele óleo. Então, nós lutamos contra a depleção e pela incorporação de novas reservas e a produção do pré-sal.

A grande virada, o grande crescimento da produção virá, como está no nosso plano, a partir do ano de 2015. Daqui para lá, é muito investimento em infraestrutura.



Eu mostrei que em 2007 tínhamos duas sondas de perfuração para uma lâmina d'água maior do que 2 mil metros, até o final deste ano serão 40 sondas. Você não tem como produzir se essas sondas produzidas lá fora, todas elas lá fora, não chegarem a tempo. Ao mesmo tempo, você faz a perfuração, faz a completação e faz a interligação.

Então, esse trabalho sistemático de estar muito forte dentro de estaleiro e de se mostrar completamente intransigente e intolerante a atraso é algo que temos de fazer. Sem sonda de perfuração não é possível atingir aquelas unidades de produção, mas até o final de dezembro teremos todas as sondas.

Eu peço desculpas por não saber precisar se uma determinada licença ambiental saiu ou não como prevíamos. Mas eu ainda tenho uma colher de chá porque hoje é dia 25 de abril; se ela ia sair em abril, ainda tenho 6 dias para dar uma resposta ao nosso Deputado.

É I.P.? É prioridade? É. Era e continua sendo uma prioridade absoluta dentro da PETROBRAS, e ainda muito maior. Mas se eu tivesse produzido muito mais petróleo, Deputado, eu continuaria importando o mesmo volume de gasolina e de *diesel* que eu estou importando. Por quê? Porque, primeiro, que as novas refinarias não serão refinarias para gasolina, elas serão refinarias para óleo *diesel*, para GLP. Então, para nafta, para QAV — não é QAV; é querosene de aviação, não é? Então, elas não atenderão à demanda de gasolina.

Quem tem de acontecer — e tudo indica que acontecerá na plenitude de 2014 — é o etanol. O etanol tem de chegar firme; ele tem de voltar a ser tudo o que ele foi, porque se tem alguma coisa que a gente sabe fazer é etanol. Então, que volte o etanol para que tenhamos 25% dele na gasolina e, aí, o que eu tiver de importar a gente importa sem maiores problemas.

Então, se todas as refinarias tivessem chegado eu ainda estaria comprando muita gasolina. É preciso que o etanol volte. O que a PETROBRAS está fazendo para o etanol e que cabe a ela? Cabe a ela o etanol, e nós faremos construção Greenfield, novas plantas, através da PETROBRAS Biocombustível. O etanol é mais prioritário do que o biodiesel, porém só trabalharemos em condições competitivas economicamente. Então, não é porque a PETROBRAS apareceu no etanol que



agora os ativos de etanol multiplicam, triplicam de preço. Aí não dá, eu não vou comprar para perder dinheiro.

Então, esta é a questão: que volte o etanol que reinou até então.

Com relação a preço, Deputado, nós estamos hoje com a gasolina e o *diesel* estável há 4 anos. Tivemos um aumento no ano passado, imperceptível para o consumidor, porque foi por conta da CIDE. Mas a carteira de combustíveis da PETROBRAS sofre variações e aumentos de preços sistemáticos. O querosene de aviação, por exemplo, e vários e vários produtos que vendemos estão *on line*, dentro daquilo que consideramos adequado em relação à paridade de preço internacional.

Então, existe, sim, um novo patamar de preço. Nós temos discutido com o controlador — no Conselho de Administração existem os representantes dos minoritários — e mostramos a nossa capacidade econômica, a nossa capacidade de continuar investindo se os preços forem reajustados e se não forem reajustados. Por isso, o controlador e o representante dos minoritários no Conselho têm tomado ações junto à PETROBRAS, reconhecendo a nossa saúde financeira, mesmo com gasolina e *diesel* ainda a preços iguais há alguns muitos meses.

Mas o fato é que o novo patamar aparece, e esse assunto vem sendo tratado para que possamos continuar investindo mais e cada vez mais, de acordo com o nosso plano.

Com relação às ações da PETROBRAS, elas perderam valor por conta da capitalização. É muito mais dinheiro dentro da companhia, com um número muito maior de acionistas. E para aqueles acionistas que querem uma resposta imediata dos valores das ações não parece ser o melhor investimento.

Agora, você tem garantida a incorporação de reservas. Uma companhia que consegue ter um sucesso exploratório de 96%, 97% no pré-sal tem muito mais valor do que aquele retratado pelas ações da PETROBRAS hoje. Então, do ponto de vista objetivo, no médio prazo e no longo prazo, a tendência das ações da PETROBRAS é valorizar, sim, sistematicamente.

À medida que esse volume de óleo começa a aparecer na superfície, e nós temos 40 sondas — tínhamos duas sondas —; hoje temos lâmina d'água que, como estou falando, é maior do que 2 mil metros; nós temos incorporação de reserva; nós estamos firmando a reserva que nós temos incorporada, eu não tenho dúvida de que



as ações da PETROBRAS terão o seu valor real reconhecido muito nos próximos meses, no médio prazo e certamente no longo prazo.

As eólicas. O senhor colocou aqui perfeitamente: eólica não firma a segurança energética de um país. Ela é um componente extremamente importante, mas depende, como sabido, da qualidade do vento. Existe toda a sazonalidade, como existe nas hídricas.

Firme é carvão, firme é óleo, firme é gás. Isso é firme, isso firma a capacidade de segurar a demanda energética do País. A PETROBRAS pretende, sim, continuar no negócio de geração de energia elétrica a gás como geradora e como fornecedora do gás. Nós precisamos ter é mais competitividade.

Eu entendo como tecnicamente correto que sejam separados os leilões de acordo com as suas especificidades: eólica é eólica; biomassa é biomassa; e o gás natural é petróleo, porque são negócios da indústria de óleo e gás que têm outros riscos.

Para fechar este pacote de perguntas, que, na verdade, é uma verdadeira tese, eu digo que, para concluir com estaleiro, não basta a informação. Os números, como o senhor disse — agora eu lembro bem —, são milhares. Não basta ter números, não basta ter a informação. Você tem de ter intimidade com a informação, você tem que estar íntimo dela. E essa intimidade você só pega quando você vai para a obra, quando você discute com o empreiteiro, quando você conversa com o usineiro, quando você conversa com o Governo, quando você conversa com o Governo, quando você conversa com os Deputados, com os Senadores, com a Força Sindical, aí você tem intimidade com a informação, você é capaz de agregar muito mais valor a ela.

Então, quando eu coloco meu pé no estaleiro eu estou querendo é intimidade com aquele que está construindo um casco, intimidade com um peão, para ver como ele está trabalhando. Esse é o ponto.

Muito obrigada por essa sua coleção de perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Somos nós que agradecemos, Dra. Maria das Graças Foster.



Vamos, então, passar a palavra aos nossos inscritos. Gostaria de combinar com a nossa querida Maria das Graças Foster se faríamos conjuntos de quatro em quatro, ou cinco em cinco.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Pode ser. Vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Quatro ou cinco? *(Pausa.)* Cinco, para ir mais rápido. Temos 23 inscritos, aliás, 24 inscritos.

Agora, eu queria pedir muito... O Deputado Arnaldo Jardim me prometeu reduzir o tempo, ele foi a quase quinze minutos, mas o Deputado Arnaldo é autor e é nosso... Eu queria pedir muito aos colegas: são 24 inscritos, vamos dar oportunidade a todos.

Estamos recebendo aqui, com muita alegria, o Líder do PT, Deputado Jilmar Tatto, meu grande amigo, aliás, um dos responsáveis por eu estar aqui. O Deputado Jilmar foi muito elegante por ocasião da escolha das Comissões. O PT abriu mão para nós, o PP, por isso eu sou muito grato a ele. A Casa é sua, a Comissão é sua.

Vou convidar, como primeiro debatedor, o nobre colega e amigo Deputado Mendes Thame, figura muito importante na Casa. O Deputado Mendes Thame tem prioridade para aguir por dois motivos: primeiro, ele é Líder da Minoria, e Líder tem preferência; em segundo lugar, porque ele é o primeiro inscrito, ele chegou cedo.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa convidada de hoje, Dra. Foster, é uma satisfação imensa recebê-la e transmitir a nossa segurança em tê-la na presidência dessa grande companhia, a PETROBRAS, depositária não só da nossa confiança, mas também do carinho que todos dedicamos à empresa.

Eu separei algumas rápidas perguntas. A primeira é a seguinte: a PETROBRAS teve uma queda de lucro de 52% no último trimestre, o quarto trimestre do ano passado, em comparação com o período anterior. No ano passado todo foi uma queda de 6%. E, pelo que dizem, pelo que nós temos escutado, as causas são o aumento dos custos operacionais; o aumento dos custos das importações dos derivados de petróleo, *diesel*, gasolina; a dificuldade de se reajustar



os preços. Tudo isso tem causado um grande impacto na geração de caixa. A geração de caixa foi negativa no quarto trimestre, caiu 2,1 bilhões de reais em comparação com o terceiro trimestre de 2011. A primeira pergunta, portanto, é a seguinte: de onde virão os recursos para os investimentos se a PETROBRAS está tendo essa brutal queda de caixa? Segundo, quais são as ações da sua gestão à frente da PETROBRAS para baixar custo, para torná-la mais eficiente, mais competitiva e se manter como uma referência de governança corporativa eficiente?

A segunda pergunta a senhora já respondeu em parte. Diz respeito às ações da PETROBRAS, PETR4 e PETR3, que, nos últimos meses, tiveram forte baixa, coincidentemente, depois da divulgação dos resultados do quarto trimestre de 2011 e depois do fechamento de uma licitação recorde para a contratação de sondas.

Aliás, a respeito das sondas, um rápido parêntese. A apresentação relata a contratação de 102 sondas, sem conteúdo nacional, no período de 2007 a 2012. Nada fala sobre o período de 2012 a 2016. E, de 2016 a 2020, menciona a contratação de sondas com conteúdo nacional, mas apenas 33. Uma diminuição, portanto, da contratação de sondas, que nós imaginamos corresponda a uma diminuição da produção de petróleo, ou melhor, a uma diminuição do aumento da produção, do ritmo de aumento da produção.

A respeito das ações, nós queremos perquirir a posição da senhora diante dessa desvalorização no momento em que a empresa precisa de novos investimentos.

A terceira pergunta refere-se à Argentina. Como foi dito, a Argentina cassou uma concessão da PETROBRAS na Província de Neuquén, no campo de Veta Escondida. Cassou a concessão! E ainda o Sr. Julio De Vido... Eu vou encerrar, Sr. Presidente, rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Deputado Mendes Thame, para que não haja precedente, por favor.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Está certo. Eu encerro.

O Sr. Julio De Vido ainda veio aqui depois da cassação pedir à PETROBRAS que aumente de 8% para 15% sua participação na produção de petróleo daquele país.



Nós já assistimos à adoção, pelo País, de posições muito lenientes em relação à Bolívia e a outros países, a uma candura inacreditável da política externa brasileira em relação a esses países. Eu não sei... a senhora não interpreta que a ausência de qualquer palavra, inclusive em relação a essa cassação da nossa concessão, é uma leniência incabível, uma vez que cabe ao Governo brasileiro defender a PETROBRAS, que não é do Governo, é de todos os brasileiros, é uma empresa mista?

São essas as perguntas. Muito obrigado. Agradeço imensamente a sua presença entre nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Muito obrigado, Deputado Mendes Thame.

Passo, então, a palavra ao segundo inscrito, o nobre Deputado Walter Feldman, do PSDB, de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Sra. Presidente, é um prazer recebê-la.

Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados.

Rapidamente, em razão do tempo, eu quero fazer alguns questionamentos tendo em vista a história da PETROBRAS. Como V.Sa. mesma disse, ela é intransigente na defesa dos seus interesses, da sua visão de desenvolvimento. V.Sa. disse que é exigente também na cobrança do cumprimento de prazos.

Nós temos uma informação. Temos muito interesse no Estado do Pernambuco. O Presidente Nacional do PSDB é de Pernambuco, o nosso Líder, Deputado Bruno Araújo, também. Existe um contrato com o Governo venezuelano para a construção de uma refinaria em Pernambuco, Abreu e Lima. Quatro anos de atraso e nenhuma participação do Governo venezuelano até agora, só adiamentos repetidos. E não há, na nossa análise, nenhum adicional possível no orçamento da PETROBRAS para compensar o comportamento inadequado do Governo venezuelano. Portanto, como nós vamos refazer o prazo de atraso, que, segundo a senhora, é inadequado, na postura da PETROBRAS? Como nós vamos cobrar do Governo venezuelano sua falta de compromisso em relação ao contrato previamente acertado?



Há também outros atrasos. Esse é só um exemplo específico em relação a Pernambuco. Também o COMPERJ, no Rio de Janeiro, está com atraso de 2 anos; Premium I, de 3 anos, e Premium II, de 6 meses.

Segunda pergunta: o Governo do Estado de São Paulo ofereceu a construção de um centro de monitoramento em razão da intensa possibilidade de exploração, particularmente do pré-sal, na Bacia de Santos, até porque esta Comissão, projetos de lei, todos nós estamos muito preocupados com os desastres ecológicos que porventura possam acontecer.

Como é que a PETROBRAS, objetivamente, está vendo a possibilidade da criação desse centro de monitoramento em São Paulo?

Os outros colegas Deputados já fizeram uma avaliação das dificuldades de investimento da PETROBRAS nesse período. Eu quero apenas complementar as perguntas já formuladas pelos Deputados Arnaldo Jardim e Antonio Carlos Mendes Thame. Há um projeto de desfazimento de ativos da PETROBRAS no valor de 13,6 bilhões, provavelmente para melhorar a capacidade de investimento da PETROBRAS. Mas nós não temos nenhum detalhamento desse desejo de desinvestimento desses ativos. Isso, na nossa avaliação, também dificulta a avaliação dos investidores, prejudicando ainda mais a cotação dos preços dos papéis da empresa. Ou seja, como a PETROBRAS poderia nos ajudar na informação sobre essa questão?

Também complementado o que já foi formulado — imagino ainda ter 1 minuto e 10 segundos —, a PETROBRAS e o Governo têm se utilizado, inclusive, da CIDE para compor os preços da empresa. Isso, além de dificuldades do ponto de vista orçamentário, dificulta também a capacidade de equilíbrio de contas por parte da PETROBRAS. V.Sa. disse que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Já vou encerrar. V.Sa. disse que existem crises interacionais e, na minha avaliação, elas continuarão existindo, talvez até piorando. Até quando nós vamos conseguir manter essa política de ajuste de preço, comprometendo, evidentemente, a capacidade de recursos do Governo Federal?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Walter Feldman. O terceiro inscrito, Deputado Gladson Cameli, foi para a CPI. Então, passo ao quarto inscrito, Deputado Fernando Ferro, que disporá de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Obrigado, Presidente.

Dra. Graça, primeiro que parabenizá-la pela brilhante e didática exposição. Para nós é sempre motivo de orgulho termos uma servidora da qualidade de V.Sa., que provavelmente poderia ganhar muito mais em uma empresa privada, mas tem o compromisso com a história de uma empresa e um projeto de nação. Não é à toa que a Presidenta Dilma lhe chamou, além do mais por ser um quadro também originário da empresa. Isso nos dá, inclusive, mais segurança. É uma característica exatamente de construir a vida, o caráter e a paixão pelo País e pela empresa de que participa.

V.Sa. disse que é energia é soberania. Estava ouvindo uma frase de um americano, certamente influente, que disse: *“Controle o petróleo e você controlará as nações; controle a comida e você controlará as pessoas”*. Essa frase é de Henry Kissinger.

Então, quando eu vejo alguns ataques a atitudes... Eu sei que a Dra. Graça não pode falar, mas eu falo em defesa da atitude da Argentina. A atitude da Presidenta Cristina Kirchner foi, acima de tudo, de soberania e de respeito aos interesses do País. Ela defendeu a sua nação, e sabe o que está em jogo com essa história. Foi uma atitude louvável. Não posso deixar de reconhecer isso e exaltar.

Evidentemente que cada país defende a sua parte. E o que se trata é exatamente de soberania. Estamos discutindo possibilidade de Estado. Os indicativos da PETROBRAS são extremamente animadores e importantes, o que mostra a evolução da empresa e o papel que ela assume para o Brasil e para um projeto de desenvolvimento desta Nação.

A senhora mostrou o polígono da guerra — Síria, Líbia, Iêmen, Iraque, Irã, região do Oriente Médio —, que é o palco da disputa pelo petróleo. Esse dado não pode nos deixar, independentemente de que partido sejamos, ao largo disso. Há, de fato, uma disputa por esses espaços no mundo, e nós não podemos descuidar da nossa reserva.



O que se estima hoje que venha a ser o pré-sal para o Brasil? Há um chute aí sobre o que significa o pré-sal para o Brasil. Isso significa, além de oportunidades imensas para nós, o cuidado e a atenção de como lidar com essa riqueza. Pelo debate que estamos fazendo aqui, um debate bélico e interno pela posse dos *royalties* e pelos ganhos do pré-sal, nós temos realmente que tratar disso com muita inteligência.

Temos de ter a preocupação de preservar essa riqueza no que diz respeito ao aspecto do domínio tecnológico — e aí os investimentos nas plataformas, a participação nacional e o desenvolvimento da inovação, da qual a PETROBRAS e seu centro de pesquisa e outras empresas no Brasil também estão se apoderando. Isso é extremamente importante e deixa-nos com a responsabilidade de cuidar disso sob todos os aspectos, legislativo, técnico e militar, porque não vamos achar que isso não é cobiçado.

Por último, Presidente, registro a presença do Deputado Sinésio, do PT do Amazonas, um dos entusiastas do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Quem é? Está ali o Sinésio.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Ele é grande mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Seja bem-vindo, Sinésio.

Já esteve aqui abraçando...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Ele é um entusiasta da política de fertilizantes e, inclusive, Dra. Graça, ele nos fala do potencial do NPK, do potássio e do fósforo na Região Amazônica.

Como é que a PETROBRAS avalia a possibilidade de exploração das descobertas naquela região? Porque a senhora mostrou que, mesmo com o desenvolvimento de todas essas plantas, nós ainda ficaremos dependentes de importação da Rússia, do Canadá, principalmente. Isso são insumos fundamentais para a nossa agricultura, tanto para o agronegócio como para as nossas possibilidades de agricultura familiar.

Então, como a PETROBRAS pode participar disso? É muito importante a presença do Estado nessa área para dotar o País de instrumentos na área da produção de fertilizantes e insumos para melhorar o nosso desempenho agrícola.

Era isso, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Passo, então, a palavra ao Deputado Luiz Alberto, PT, Bahia. S. Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar também a Presidenta da PETROBRAS, Graça Foster, e dizer que é com grande alegria que a recebemos.

Acho que a Presidenta Dilma realmente mudou a história do Brasil. Até porque, como petroleiro, passei vinte e tantos anos na PETROBRAS e nunca vi uma mulher dirigindo nenhuma gerência. Hoje nós temos uma Presidenta e várias gerentes na empresa. Portanto, a capacidade da mulher de fazer gestão está sendo comprovada com a presença de V.Sa. na direção da PETROBRAS.

Sra. Presidenta, secundando o Deputado Fernando Ferro, também quero dizer que a senhora não pode comentar sobre a atitude do Governo da Argentina, mas quero associar-me a essa questão. Acho que a Argentina, aliás, a América Latina como um todo, começou a tomar o futuro nas suas mãos.

Então, eu fico impressionado como a Oposição acusa este Governo de ser benevolente com um País como Bolívia, Paraguai, Equador e outros, e nunca eles foram tão valentes com os Estados Unidos nos períodos anteriores. Nós, a América Latina, éramos chamados de quintal dos Estados Unidos. Eu acho que o Brasil e esses países começam a assumir o seu protagonismo no seu futuro.

Presidenta, a sua exposição foi bastante didática, autoexplicativa. Mas eu só gostaria de fazer uma pergunta. A oitava rodada de Blocos Exploratórios juntou blocos terrestres como também o pré-sal. Na ocasião, quando se descobriu que era pré-sal, foi anulada essa oitava rodada. Isso, de alguma forma, prejudicou uma região importante.

Aliás, o nosso Presidente disse, antes da reunião, que a Bahia viveu um momento glorioso e rápido. Foi o maior Estado produtor de petróleo e depois despencou. A natureza foi pródiga com o Rio de Janeiro.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** - Mas deve chegar. O pré-sal não vai acabar ali no Espírito Santo. Com certeza, vai chegar à Bahia.



Mas eu gostaria de fazer só uma pergunta. Dentro do plano de investimento da PETROBRAS — e a senhora falou da importância estratégica do American Petroleum Institute, API —, como a empresa está pensando, em abrindo nova rodada de licitação, em fazer investimentos nessas áreas de terra? E o Ministro das Minas e Energia já se comprometeu a fazer um leilão apenas de blocos exploratórios terrestres, principalmente nas bacias maduras. Aquela área ali, basicamente, pega todo o nordeste e norte do Espírito Santo.

Nesse esforço da PETROBRAS para garantir o aumento da produção, qual o custo nos chamados campos maduros em declínio de produção? Qual o custo para investimentos nessas áreas de recuperação secundária, a fim de garantir que a produção não caia tão aceleradamente e mantenha curva crescente, combinando com outros campos em produção crescente?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Luiz Alberto, por ter cumprido o tempo que lhe foi concedido.

Passo a palavra ao Deputado Ângelo Agnolin, do PDT de Tocantins. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Sr. Presidente, Dra. Maria das Graças, antes de mais nada, quero confessar que fiquei impressionado com a clareza, a praticidade e a objetividade do painel apresentado, que foi extremamente esclarecedor.

Quero também avaliar a decisão de levar o conteúdo local para a mesa da Presidência. Isso é extremamente importante para a industrialização nacional, para o nosso parque industrial.

Em sua apresentação, S.Sa. afirmou que energia é soberania. Efetivamente, não temos como discordar desse posicionamento. E vou além: a energia é também competitividade. Nesta Comissão temos debatido continuamente a influência das tarifas de energia no crescimento econômico, no desenvolvimento do Brasil. Essa tem sido uma preocupação constante e continua tema prioritário em âmbito nacional.

A pergunta que faço é a seguinte: considerando a dimensão, a capacidade da PETROBRAS, o envolvimento com o setor energético, que contribuição de fato a empresa poderia oferecer ao Brasil para que nossas tarifas sejam um pouco mais



amenas e o processo produtivo mais competitivo, sendo que uma alegação continuada que um dos grandes gargalos dos nossos desafios com relação ao enfrentamento com outros países desenvolvidos, os BRICs, é o preço da energia.

Mesmo não sendo exclusividade da PETROBRAS, gostaria de saber se, na programação do Ministério de Minas e Energia, no que concerne à empresa, há algum estudo, alguma estratégia programada para termos energia disponível com preço menor, a fim de tornarmos nossa indústria mais competitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Angelo Ângelo Agnolin.

O primeiro bloco foi encerrado.

Passo a palavra à Dra. Maria das Graças Silva Foster, pelo tempo de 15 minutos.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Vou buscar ser direta nas respostas.

Em relação à queda nos lucros da PETROBRAS, líquidos ou operacionais, no último trimestre do ano passado, muita coisa aconteceu. Diversas variáveis que têm certa volatilidade aconteceram a favor do País e outras tantas não colaboraram tanto conosco. Há um conjunto delas, como, por exemplo, o câmbio, uma importação muito maior que o combustível, uma subida do Brent e outros itens de natureza contábil que aconteceram ao final do último trimestre do ano passado.

Houve diminuição desse resultado no trimestre passado exatamente pelo aumento do Brent mais importação, diferenças no câmbio. O fato é que, ainda assim, o resultado líquido global do ano passado inteiro foi o segundo maior resultado da PETROBRAS, diferentemente do resultado anterior, em torno de 33 bilhões. Eu posso estar errando aqui em vírgulas, mas são 33 bilhões no ano de 2011 e 30 bilhões no ano de 2010. Ao contrário, 30 bilhões em 2011 e 33 bilhões em 2010. Evidentemente que uma empresa que investe tanto e quer todo ano mais e muito mais está trazendo resultados ainda melhores para seus investidores.

Não posso adiantar o primeiro trimestre deste ano em relação ao trimestre anterior, pois é uma empresa de capital aberto. Esse resultado sairá até o dia 11 de maio deste ano. Então, o resultado do ano passado foi excepcional. A PETROBRAS,



pelo volume que movimenta de fluido e gás, pelo que importa e exporta neste País, realmente, não pode ser analisada apenas pelo seu último resultado.

Um ponto muito importante abordado pelo ilustre Deputado Mendes Thame é exatamente a questão de custos. Essa deve ser, sem dúvida nenhuma, uma das grandes perseguições do ponto de vista da operação da companhia. Sistemáticamente, existe todo aquele trabalho de cortes com relação às contratações de terceiros, às consultorias, o custo interno, a operação. Essa é uma perseguição que fazemos e que certamente fará parte das atividades que eu conduzirei no tempo em que eu estiver à frente da PETROBRAS.

Licitação das sondas, conteúdo local. Eu já vou voltar ao tema conteúdo local. De fato, a PETROBRAS perdeu uma concessão em Neuquén. Cumprimos o programa exploratório mínimo, mas ainda assim a governança, o Governo da região... Porque lá na Argentina, diferentemente do Brasil, os Estados, as Províncias é que regulam, que atuam na concessão. Então, perdemos uma concessão e cumprimos o conteúdo programático exploratório, realizamos mais do que o previsto e estamos buscando os nossos direitos junto à Província, porque é um dever.

Entendo como absolutamente legítimo que o ministro responsável venha ao Brasil conversar com o Ministro Lobão e discutir mais investimentos da PETROBRAS. Agora, considero um dever da PETROBRAS se posicionar no momento adequado em que estivermos definindo o nosso investimento na Argentina.

O fato é que não devemos colocar todos os ovos na mesma cesta. Então, a grande prioridade da PETROBRAS é o pré-sal, é exatamente buscar onde temos maior rentabilidade, maior competitividade. Uma empresa que consegue ter uma taxa de sucesso de 96%, realmente, para poder ter uma relação custo/benefício adequada dos investimentos que faz, tem que buscar grande produção. As grandes produções devem ser aquelas voltadas ao pré-sal, porém, a Argentina tem campos de terra que nos interessam muito, que são as bacias sedimentares, que têm afinidade, por enquanto só se fala em afinidade, não sabemos do potencial exploratório que aquela do gás não convencional. Então, temos interesse em continuar na Argentina por algumas razões.



Da mesma forma, antecipo-me à pergunta feita pelo Deputado Luiz Alberto, da Bahia: “*E a atividade onshore na Bahia?*”. Da mesma forma, a atividade *onshore* na Bahia é extremamente rentável dentro daquele volume que temos expectativa de incorporar. A empresa está há 40 anos na Bahia, com uma atividade gigante. Temos uma competitividade que não nos permite, ainda que quiséssemos, sair da Bahia. Temos toda uma infraestrutura. Então, aquilo que para muitas companhias pode parecer não competitivo... Eu não posso é deixar dinheiro na mesa, não posso sair das atividades *onshore* na Bahia. Os campos maduros são impressionantes. Eu trabalhei muito tempo na minha vida em tecnologia e hoje nós conseguimos produzir em campo de terra. Depois de 20 anos que esse campo está em produção, nós conseguimos tirar mais petróleo desse campo hoje do que tirávamos 20, 25 anos atrás, porque a tecnologia cresceu, ultrapassou fronteiras. Esses campos são rentáveis. Agora é indiscutível, sim, que nós temos que buscar as grandes produções pelas grandes captações que nós temos feito no País.

Licitação das sondas. Eu disse que nós teremos, até o final deste ano, 40 sondas de perfuração. Até então, todas essas sondas foram contratadas fora do País. Por quê? Exatamente para que nós não tivéssemos o desafio de ver a nossa indústria, que é emergente, tendo que produzir essas sondas aqui no Brasil. Aí nós perderíamos a pedalada do aumento da produção. Da mesma forma, a questão das unidades de produção, Deputado. Elas são hoje 124 unidades de produção. As sondas são um número menor, porque elas são de lâmina d'água maior que 2 mil metros e essas 124 sondas foram feitas também no exterior, porque não era política do... Eu aqui não quero falar em governos, mas este Governo tem uma política industrial que obriga que haja o conteúdo local.

Sem fazer nenhum comentário sobre o antes e o depois, há uma diferença com relação ao conteúdo local. Antes não havia a obrigatoriedade de conteúdo local. Então, essas sondas foram todas feitas fora do Brasil. E agora, para essa nova curva de produção, que será muito mais intensa, em que entram as sondas de perfuração nacional, nós tivemos, nesses 10 anos, de volta a indústria naval, a indústria *offshore* no Brasil. Indústria que eu digo é navio, é plataforma, é unidade de produção. Então, há uma diferença tênue, mas existe momentos passados e momentos atuais no que se refere à política atual.



Então, quanto às 124 unidades de produção, não havia obrigação de conteúdo local, mas agora há. Então, essas outras unidades de produção que entram a partir de 2013 passam a ter compromissos de conteúdo local que variam entre 55% e 65%.

Mas não se esqueçam de que eu acabei de mostrar também um desses indicadores que mostram que na nossa indústria, tanto na área de exploração e produção quanto na área do abastecimento de gás e energia, o conteúdo local vem crescendo. Mas vem crescendo pela indústria. A indústria vem conseguindo dar conta do conteúdo local, o que é muito bom. A Noruega, a China, a Coreia e a Inglaterra fazem isso.

Então, não é só produzir o petróleo, mas agregar riqueza à indústria que fica, a fim de que, quando nós tivermos chegado lá em cima em volume de sonda, em volume de navio, essa indústria *offshore*, essa indústria naval no Brasil, venha a construir para outros países, a exemplo do Brasil, que hoje compra de outros países. O Brasil vem a ser um grande *player* da indústria *offshore* internacional no mundo.

Com relação a atrasos nas refinarias, é isso mesmo, Deputado Walter Feldman, há muitos atrasos. O senhor está coberto de razão. Talvez esse seja um dos grandes desafios que eu e os meus colegas diretores temos pela frente. Existem questões que são de responsabilidade da indústria de bens e serviços e outras que são de responsabilidade da própria PETROBRAS. Nós temos que ser cada vez mais disciplinados, não mudar escopo de projeto. Nós temos que ter muito mais atuação, além daquela que o Diretor Paulo Roberto já tem junto às refinarias, para que não atrasemos, não inventemos mais, para que sigamos o escopo do contrato e não o mudemos, porque muitas vezes acabamos tendo que atender a determinadas condições ambientais. O senhor tem toda razão com relação aos atrasos. Eu não tenho nenhuma fala aqui que eu possa dizer ao senhor que vai me deixar satisfeita. Não é deixar o senhor satisfeito, é que eu ficar satisfeita. Então, nós temos que intensificar esse trabalho.

Com relação a desinvestimentos — e eu vou deixar para falar sobre os Centros de Monitoramento daqui a 1 minuto —, nós temos 13,6 bilhões de dólares de investimentos ao longo de 2012, 2013, 2014 e 2015 e uma parte vai passar para 2016. Já realizamos parte desse investimento no que se refere à modelagem



financeira. Já fizemos também uma parte do investimento no que se refere a *farm-outs* de discussão de participação em blocos exploratórios. E a clareza desses investimentos deverá ser mostrada ao mercado; se não for agora, no resultado do primeiro trimestre, será no resultado do segundo semestre, no mês de setembro.

Por que eu não posso dizer aqui o que farei? Porque não posso abrir o que nós estamos negociando, em caráter de confidencialidade, com o mercado, tanto no Brasil quanto no exterior. Então, o senhor me desculpe. Na próxima vez que os senhores me convidarem para vir aqui, aparecerá no resultado da PETROBRAS os investimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Ótimo compromisso já antecipado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Aí, poderemos discutir se foi bem feito, se não foi bem feito, se valeu a pena, se não valeu a pena...

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Se é bom para o Brasil, nós aceitamos.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - ... se foi bom para o Brasil, se não foi bom. E, aí, o senhor poderá me ajudar a fazer a interpretação.

Com relação ao centro de monitoramento em São Paulo — um dos grandes projetos que temos —, esse, sim, é um projeto muito interessante. Eu tenho conversado, em reuniões sistemáticas, com o Secretário de Energia, José Aníbal, sobre esse projeto. Já assinamos, inclusive, um acordo de cooperação de confidencialidade para a discussão de vários temas. Esse é um tema importante para a PETROBRAS. O Tadeu, que é o Gerente-Executivo, é o nosso contato nesses grupos de discussão. E estamos muito ansiosos, nós, PETROBRAS, com esse centro.

Realmente, Deputado Fernando Ferro, o senhor pode falar mais do que eu. O senhor fala da Argentina com muita tranquilidade sobre os valores que considera importantes para a pátria Argentina e sobre aquilo que entende como devido aqui no Brasil.

Na verdade, nós pulamos muito quando aconteceu fato semelhante na Bolívia. Tivemos discussões intensas. Essa é a obrigação da Presidente da



PETROBRAS. Foi a obrigação do Gabrielli, Presidente da PETROBRAS à época, e assim ele agiu.

Nós somos uma empresa de capital aberto e temos que defender a nossa empresa, evidentemente reconhecendo e aplaudindo os grandes movimentos feitos a favor dos países em que atuamos.

Então, eu me privo de dar minha avaliação sobre a questão da Argentina, mas será bastante *caliente*, serão bastante aquecidas as discussões com a Argentina em relação ao que entendemos que não devemos perder, porque cumprimos o conteúdo do programa exploratório naquele país.

O que é o pré-sal para o Brasil? Eu não vou poder dar números nem confirmar números. Veja, Sr. Deputado, que eu apresentei, se não me engano, 15,7 bilhões de barris de óleo equivalente de reservas. Mas, de volume potencialmente recuperável, temos já firmados 16 bilhões, que ainda não são reservas explotáveis, reservas a serem incorporadas, porque podem ser produzidas.

Realmente, o pré-sal é algo que nos surpreende. Graças aos nossos técnicos, graças à nossa indústria de bens e serviços, graças à forma com que o Brasil tem se posicionado em relação à política de petróleo e gás e graças a Deus, principalmente, todo dia o pré-sal nos revela surpresas de todo emocionantes.

Certamente, petróleo e energia são soberania, e o Brasil precisa cuidar muito bem de suas reservas e da forma como as explora. Se pudéssemos produzir 4 milhões de barris de petróleo hoje, estaríamos exportando muito petróleo. Então, essa gestão entre o que é possível produzir, o que é possível consumir e o que devemos exportar é algo que cabe exatamente ao proprietário do petróleo, que é a União. Nós seguimos a política naquilo que nos interessa do ponto de vista econômico.

NPK. Volto aqui a me dirigir ao Deputado Fernando Ferro. Nessa segunda-feira, tivemos um evento em Sergipe que foi algo impressionante, muito bonito. Eu fiquei extremamente emocionada de estar lá e ver aquela montanha de KCL.

Existe — e eu me dirijo aos ao Deputado do Amazonas e aos meus colegas do Amazonas que aqui estão — a questão da prioridade e da *expertise* da companhia. Quando há *expertise*, ainda que cara, difícil de fazer, consegue-se garimpar a competitividade. A discussão com a Vale durou quase 4 anos sobre



Taquari-Vassouras, no Estado de Sergipe. Foi duro. É um campo que tem petróleo, que tem KCL e potássio. E a discussão era com fazer essa lavra conjunta, quem vai primeiro, quem vai depois, como nos acertaríamos. Quatro anos de discussão, mas prevaleceu o bom senso. A Vale faz atividade exploratória de KCL muito, muito, muito melhor do que a PETROBRAS poderia fazer.

Então, no que se refere à possibilidade de extrair o potássio no Amazonas, são reservas que a PETROBRAS traz para si e reconhece o imenso valor delas. E entende que essas reservas devem ficar em mãos brasileiras, porque são excepcionais. O que tem passado para nós o nosso controlador é que a prioridade está na produção de petróleo. Existe um grande desafio tecnológico para a produção das reservas de potássio no Amazonas. Existem fronteiras ambientais pesadíssimas a serem superadas, um desafio gigante a ser vencido, mas é possível. Consideramos que a Vale e outras empresas têm muito mais *expertise* do que nós. Até então, não veio uma orientação do controlador de que nós, PETROBRAS, devêssemos explorar essas reservas. Particularmente, entendo que elas estão em mãos adequadas: nas do Governo brasileiro.

Estou vendo o Secretário Scliar me olhando. Ele é o maestro dessa banda e vai administrar a exploração dessas reservas bastante bem.

Não sei se respondi a todas as perguntas. Quando houver a oitava rodada, Sr. Deputado, certamente estaremos lá, com nosso envelopinho nas mãos. O senhor não se preocupe com isso, porque, quanto à nossa competitividade na Bahia, eu a considero imbatível.

Será que esqueci alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Há uma pergunta sobre a possibilidade de haver uma contribuição na tarifa de energia.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Desculpe-me. Eu achei que não esqueceria.

Por que a PETROBRAS produz energia elétrica? A PETROBRAS produz energia elétrica porque produz muito gás na Bolívia. E as térmicas a gás foram a âncora para justificar a construção do GASBOL, a exploração e a exploração das reservas de gás d Bolívia. E aí nós entramos.



É extremamente importante a utilização desse gás para a geração de energia elétrica. Hoje, temos uma série de térmicas que nos dão resultado negativo, porque o preço do gás da Bolívia não é de 4 dólares para 1 milhão de BTU. Então, já damos uma contribuição bastante grande para o sistema: compramos gás por determinado preço e o entregamos pela metade do preço.

Outras térmicas conseguem diminuir a perda que temos na entrega do gás com relação a várias térmicas que estão no eixo do GASBOL. Outras térmicas, tais como, por exemplo, a de Pernambuco e a de Fortaleza são do antigo PPT que nos remuneram com valores muito abaixo do preço do gás que importamos.

No conjunto desse painel — térmicas não PPT e térmicas PPT —, digo ao senhor que ficamos no zero a zero. Hoje, quando geramos muita energia elétrica, temos um investimento muito pesado em gás. Trazemos o gás natural liquefeito a 12, 14, 15 e 16 dólares entregamos a 4. Portanto, já damos grande parcela de contribuição.

Quando essas térmicas todas estão desligadas, ganhamos dinheiro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, porque recuperamos o lastro dessas térmicas. Ou seja, para nós energia elétrica é algo marginal, não é a melhor aplicação. Por isso, considero que a PETROBRAS já dá uma grande colaboração ao sistema elétrico, quando firma seu compromisso de comprar o gás a 10, 12, 15 dólares e entregá-lo a 4. Evidentemente, no conjunto do negócio gás e energia elétrica, não temos prejuízo, porque nos momentos de térmica desligada vamos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Então, eu entendo — esta é uma boa discussão — que a PETROBRAS já dá uma grande contribuição ao sistema elétrico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Dra. Graças Foster.

Passamos ao segundo bloco. O primeiro inscrito no segundo bloco é o nobre Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

Do próximo bloco constam os Deputados Weliton Prado, Vanderlei Siraque, Ronaldo Benedet e Dr. Aluizio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente.



Quero cumprimentar a todos os colegas e a Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Foster. Parabéns, Sra. Presidente, pela sua exposição e pela sua disposição de comandar essa grande empresa que, de fato, alavanca o desenvolvimento brasileiro, que faz com que possamos cada vez mais ter um País que nos orgulha e que promove a distribuição de renda e o desenvolvimento, como tem feito nos últimos anos.

A senhora sabe que sou Relator do Projeto de Lei nº 2.565, que trata da questão dos *royalties* do petróleo e me foi colocada uma questão a respeito — aliás, a intervenção do Deputado Luiz Alberto também tem a ver com essa questão. A questão é em que a fixação do patamar de *royalties* inviabiliza a continuidade de exploração de alguns campos maduros.

Considera a senhora que, de fato, essa questão muitas vezes faz com que determinados campos sejam abandonados? Se tivéssemos uma política de redução das taxas de *royalties* nos campos maduros, isso viabilizaria a produção desses campos por mais tempo, de forma a gerar riqueza em Municípios que muitas vezes estão vivendo uma situação de decadência econômica por conta da redução da produção?

A segunda pergunta é sobre os projetos que a PETROBRAS tem em São Paulo, particularmente na região do Porto de Santos, projetos de plataformas *offshore*, e a duplicação do Terminal Almirante Barroso, em São Sebastião.. Parece que também há problemas ambientais ali, e eu gostaria de ter a sua opinião.

Por fim, se existe a perspectiva ou não de a PETROBRAS— e isso nós tínhamos discutido com o ex-Presidente Gabrielli — implantar um centro de ensino tecnológico, de desenvolvimento tecnológico na Baixada Santista, até para apoiar a exploração do pré-sal na Bacia de Santos.

São essas perguntas que eu gostaria de deixar muito rapidamente e parabenizar, mais uma vez, a sua apresentação e a sua atuação na presidência da PETROBRAS.

Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Nós que agradecemos, Deputado Carlos Zarattini, sempre objetivo.



Quero informar que alguns Deputados estão indo ao plenário porque já iniciou a Ordem do Dia, mas não há votação ainda. Eu avisarei prontamente a hora em que a votação começar.

O segundo inscrito é o Deputado Weliton Prado, do PT de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de até três minutos.

**O SR. DEPUTADO WELITON PRADO** - Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Simão Sessim, o Deputado Arnaldo Jardim, autor do requerimento para a realização de tão importante audiência, todos os Deputados e os jornalistas aqui presente.

Quero dizer à Presidente Maria das Graças Foster que não temos dúvida nenhuma: a PETROBRAS é o grande orgulho do povo brasileiro e é um grande orgulho para a PETROBRAS, tenho certeza disso, tê-la a como Presidente da empresa. Quero parabenizá-la e lhe desejar muito sucesso. Realmente a senhora cumpre uma grande missão em prol do nosso País.

No ano passado, eu fui Coordenador do Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades da Comissão de Orçamento. Não poderia de maneira nenhuma deixar de reconhecer e elogiar a postura da PETROBRAS. O TCU solicitou, inclusive, a paralisação das obras, sob a alegação da existência de indícios de irregularidades. A PETROBRAS veio para o debate, participou de todas as audiências, mostrou que uma refinaria tem uma complexidade e uma especificidade muito grandes: situação geográfica, mão de obra etc. Os próprios técnicos do TCU concordaram com a PETROBRAS. É diferente, às vezes, daquilo que é divulgado pela imprensa. Olhando olho no olho dos técnicos do TCU, os representantes da PETROBRAS expuseram toda a metodologia seguida. Os técnicos do TCU concordaram com as exposições, e as obras da Abreu e Lima continuam, pois é uma obra muito importante para o Brasil.

Eu queria fazer duas perguntas. Não seriam perguntas, seriam duas solicitações. Eu estive com V.Sa. e com a Presidente Dilma no dia 17 de março do ano passado na cidade de Uberaba. Então, foi assinado o termo de adesão do gás Brasil-Bolívia, que vai chegar até Uberaba para atender à fábrica de amônia. A minha solicitação é para que seja feito um “puxadinho”, a fim de que esse gás chegue até a cidade de Uberlândia, situada a 100 quilômetros, muito perto, portanto.



Uberlândia é a maior cidade do interior de Minas Gerais e uma das maiores do interior do Brasil. A cidade cresce acima da média nacional e tem um consumo que daria conta da demanda. A GASMIG e a CEMIG já têm um parecer favorável.

Então, é muito importante que o gasoduto tenha a continuidade e o gás chegue também a Uberlândia. A cidade tem uma localização geográfica estratégica; está ligada a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Goiás, a Mato Grosso do Sul e ao Distrito Federal, aos grandes centros comerciais.

Já tínhamos tido várias conversas nesse sentido com o ex-Presidente da PETROBRAS. Então, faço esta solicitação, para que a senhora olhe com muito carinho a ampliação do gasoduto até a cidade de Uberlândia.

A segunda solicitação é no sentido de que também olhe com muito carinho a possibilidade de não haver o aumento dos combustíveis este ano. Eu sei que a questão é complexa.

Uma dos fatores que mais pesam no preço dos combustíveis é a carga tributária, que é muito excessiva. Em Minas Gerais, a alíquota do ICMS é superior à dos demais Estados do País, ainda mais com a cobrança por dentro. Isso penaliza muito o conjunto dos consumidores. O valor do ICMS do álcool em Minas Gerais é praticamente o dobro do cobrado no Brasil. É muito importante ter o incentivo também em relação ao álcool, principalmente do ponto de vista ambiental.

Enfim, quero parabenizar e reconhecer o trabalho feito pela PETROBRAS e desejar muito sucesso a V.Sa. à frente da empresa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Muito obrigado, Deputado Weliton Prado, sempre gentil com a Presidência.

Eu queria convidar, então, o próximo: Deputado Ronaldo Benedet, do PMDB de Santa Catarina. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Sra. Presidenta Foster, quero lhe dizer que, se os Estados Unidos tiveram à frente da General Electric Jack Welch, nós temos agora na presidência da PETROBRAS alguém que LHE faz frente e orgulha o Brasil.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Muito obrigada.



**O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Eu fiquei muito satisfeito com a sua exposição e com a sua firmeza com relação à PETROBRAS, hoje a maior empresa, acredito eu, do Brasil.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - E da América Latina.

**O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET** - É uma das maiores do mundo e tem uma mulher como a senhora, determinada a fazer a empresa ter o lucro necessário para se manter como tal, porque não adianta ser empresa para fazer média com as pessoas, o que, às vezes, se exige do político. Uma empresa, mesmo estatal, tem que ter essa condição, se quiser se manter no mercado.

A senhora já respondeu quanto à posição da PETROBRAS perante o Brasil e mundo em termos de tamanho e sobre o futuro dela: a PETROBRAS só derivados de petróleo.

Então, eu queria fazer essa pergunta porque tenho interesse também. Eu venho de uma cidade que é produtora de carvão mineral — o Estado do Rio Grande do Sul também é produtor —, e lá temos sofrido muito. Quero saber se a PETROBRAS não tem interesse, se é possível essa grande companhia adotar essa área que é estratégica para nós e que tem sido abandonada nos últimos tempos — entendo que foi um grande erro para o nosso País, ao contrário do que aconteceu no resto do mundo —, que é o carvão.

Há planos de investimento em refinarias em Santa Catarina? É a pergunta que faço. Para nós, de Santa Catarina, é muito importante.

Ser estatal, ajuda ou atrapalha? Foi comentado muito aqui sobre a Argentina, para a qual é estratégico. É uma pena que a Argentina só tenha acordado agora, talvez de modo *démodé*. O Brasil já teve a campanha do “O petróleo é nosso” há muito tempo, quando foi criada a PETROBRAS. Os brasileiros criaram a PETROBRAS e a mantiveram como estatal. Eu entendo que tem que ser assim por uma questão estratégica do País. A maior empresa, que seria de ganho se fosse para empresas multinacionais ou outros investidores, está nas mãos do Estado e é estratégica para o desenvolvimento do País.

Em relação aos investimentos nacionais, plataformas, sondas, conteúdo nacional. Estaria dentro da visão da Presidenta Dilma a industrialização do Brasil, combatendo algo sobre que muito se está falando hoje, a desindustrialização, o que



me preocupa muito. Ou seja, nós perdermos grandes investimentos, visto que se trata de um grande volume de dinheiro e não termos a presença da indústria nacional.

Então, nesse aspecto, eu queria que a senhora nos dissesse se há o compromisso da PETROBRAS, por orientação do sócio majoritário, que é o Governo, do uso de empresas nacionais na fabricação de sondas, por exemplo.

Em relação à Argentina, entendo que é uma questão política do Governo, mas há um aspecto que a empresa estatal brasileira tem que levar muito em conta. Há segurança jurídica para a PETROBRAS em relação à Argentina? O que atrapalha a PETROBRAS na questão de legislação? E o que nós, o Poder Legislativo, podemos contribuir para tirar os atrapalhos da PETROBRAS no que se refere ao crescimento?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Ronaldo Benedet.

Com a palavra o próximo orador, Deputado Vanderlei Siraque. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRIQUE** - Bom dia a todos.

Quero agradecer, Presidente Graça Foster, sua presença nesta Comissão. Aliás, eu estive na sua posse e aplaudi a sua nomeação não só a senhora por ser mulher, mas por capacidade e competência e até por ser uma funcionária de carreira da PETROBRAS.

Subscrevo, Deputado Arnaldo Jardim, o seu requerimento de convite, muito importante para nós da Comissão.

Quero cumprimentar também o Presidente Simão Sessim.

Eu vou ser rápido, não vou nem gastar os 3 minutos. Peço à senhora que fale um pouco da relação da PETROBRAS com o setor químico e petroquímico do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Siraque.

Com a palavra o Deputado Dr. Aluizio.



**O SR. DEPUTADO DR. ALUIZIO** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dra. Graça Foster, é lógico que é uma honra para todos nós, brasileiros, tê-la à frente da PETROBRAS. Existem algumas paixões no Brasil, e a PETROBRAS é uma dessas paixões. Quando assumiu a PETROBRAS, a senhora teve um gesto fantástico que cativou todo o brasileiro: a Crachá 01. Isso foi uma coisa encantadora que mostra toda a história da senhora e toda a paixão que a senhora tem pela empresa e pelo petróleo.

A senhora sabe que hoje PETROBRAS é sinônimo de indústria do petróleo. Ela já não cabe mais em si. E a indústria do petróleo trata daquilo que é fundamental, como já foi dito aqui, que é energia. Algumas frases ditas aqui são frases de feito, como “energia é soberania”, “energia é competitividade”. Mas energia, acima de tudo, é segurança. E é no quesito segurança que eu caminho agora.

A indústria do petróleo, desde o dia 7 de novembro, vem sendo desnudada, colocando em cheque a segurança das suas atividades. Nós estamos à beira do pré-sal, e eu tenho um outro conceito do pré-sal, se a senhora me permite. Acho que é o pré-sal, mais do que uma reserva energética, é a chance de o Brasil, acima de tudo, diminuir suas desigualdades e buscar fazer justiça social mediante o uso dessa riqueza. Ou seja, transformar recurso em riqueza.

Mas, às vezes, nós pecamos no quesito segurança. Só neste ano houve sete vazamentos de petróleo, o que perfaz, mais ou menos, um vazamento a cada 15, 20 dias. Um índice não tão significativo, mas que preocupa todos nós.

Por outro lado, em 2011, houve 1.606 acidentes de trabalho na indústria do petróleo, prioritariamente nas plataformas de petróleo, perfazendo mais ou menos quatro acidentes por dia.

No ano passado, tive a satisfação de conduzir a Subcomissão de Saúde do Trabalhador na Comissão de Seguridade Social e Família. E o foco foi prioritariamente a indústria do petróleo, por várias situações, desde o risco existente pela complexidade da própria indústria — por exemplo, alterações do sono em virtude turno a que os trabalhadores são submetidos — até, acima de tudo, pela incidência de acidentes de que são vítimas. E um fato interessante, o excesso de acidentes com os terceirizados.



Então, pergunto à senhora de forma muito categórica: dos investimentos que a PETROBRAS sinaliza, quais são os investimentos em relação à segurança do trabalhador na indústria do petróleo?

Segunda pergunta. Sabendo que hoje a PETROBRAS se confunde com a indústria do petróleo, que é a principal indústria brasileira, qual o papel da empresa em capitanear o Plano Nacional de Contingenciamento, que há 11 anos nós aguardamos? E temos certeza de que não podemos aguardar mais até a entrada o pré-sal.

Em síntese, quero deixar bem claro o respeito à senhora, à PETROBRAS, até como macaense, mas o quesito segurança vem nos deixando um tanto quanto aflitos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Passo, então, a palavra à nobre palestrante Dra. Graça Foster, tendo em vista que esse bloco está encerrado.

Dra. Graça Foster, V.Sa. de até 15 minutos.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Com relação à questão dos *royalties*, que me foi perguntada pelo Deputado Carlos Zarattini, evidentemente que qualquer redução no valor do conjunto de participações governamentais implica mais chance de um resultado maior. Mas eu não queria responder essa pergunta de forma genérica, mesmo porque, para dar uma resposta quantitativa, teríamos que analisar caso a caso. Eu não quero dar uma resposta genérica, porque não existe uma resposta quantitativa que possa atender à situação de todos os campos. Então, caso a caso, campo a campo, é preciso que seja feita uma análise.

E, muitas vezes, aquilo que não tira a PETROBRAS do jogo, porque estamos há 30, 40 anos em determinada região, desenvolvendo atividades exploratórias, não permite que uma outra empresa possa entrar, empresa brasileira ou não, não é a questão. Ela precisaria, por exemplo, investir em infraestrutura, e aí a carga de participações especiais — não estou dizendo que seja maior no Brasil do que em qualquer outro país — tira aquele bloco, aquela área do jogo.

Então, é preciso analisar caso a caso. Não há uma resposta genérica. Daí o trabalho do senhor, porque, se fosse fácil, já estava resolvido. E é preciso fazer exercícios focando em campos maduros em terra, fazer uma análise de



sensibilidade e ver qual é a resposta global possível. Mas, de forma genérica, se se paga menos participações, seja ela qual for, se está aumentando a competitividade.

Agora, é justo? É devido generalizar, baixar para todos, podendo pagar alguma coisa? Essa que é a questão que eu tenho de responder. Podemos fazer exercícios juntos, a minha equipe na PETROBRAS junto com a Agência Nacional do Petróleo e o próprio Estado para termos uma resposta mais adequada.

Com relação a Minas Gerais, CEMIG, gasoduto. Nesse projeto, a infraestrutura para levar o gás da PETROBRAS até a planta de fertilizantes e de amônia está escrito. Nós temos um acordo com a CEMIG: ela tem a responsabilidade de construir a infraestrutura para Uberaba a custo dela. Se a CEMIG já se posicionou favoravelmente em relação ao gasoduto chegar a Uberlândia, melhor para mim, que vou vender mais gás. O custo da infraestrutura é da CEMIG. Se a CEMIG já se posicionou positivamente em relação a esse gasoduto, ótimo. A CEMIG é que resolve a infraestrutura, não é a PETROBRAS, diferentemente de tudo que acontece nos outros projetos. Nesse projeto específico, ele só se viabilizará, do ponto de vista da venda de gás para a unidade de fertilizante e da produção de amônia, se, e somente se, a CEMIG construir a infraestrutura. E é o que ela fará. Então, quando ela diz que pode levar o gás até Uberlândia, eu fico muito satisfeita, porque vou vender mais gás.

O senhor abordar a possibilidade de não aumento do preço de gás. O preço de gás — não o preço de gás boliviano —, ao longo do ano passado inteiro, nós mantivemos a preço constante.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, aí eu não posso dizer para o senhor, porque eu não tenho como não aumentar o preço dos combustíveis. eu tenho contas a pagar. Eu tenho empregados e devo pagar salários; eu tenho acionistas minoritários e o acionista majoritário. Eu tenho um investimento de 224,7 bilhões de dólares. Parte dele é feito com o dinheiro do caixa — eu vendo, pego o dinheiro e pago o investimento — e a outra parte eu vou ao mercado captar. Então, eu não posso dizer que eu não vou aumentar combustíveis de forma geral, Deputado. O senhor me desculpa.



Vamos à pergunta do Deputado Ronaldo Benedet. Muitas coisas importantes foram colocadas, muitíssimo importantes.

Tive um tempo em minha vida, lá atrás, em que eu fiz Engenharia Nuclear. Naquela época, eu só escutava falar, falar e falar em usina nuclear, usina nuclear, usina nuclear. De repente, usina nuclear não pode mais. Agora, pode haver energia hidrelétrica, agora só pode se gerar energia com gás, agora a moda é as eólicas.

Eu sou radicalmente contra. Acho que a matriz energética tem de ser muito equilibrada, tem de haver o máximo de aproveitamento. Existem combustíveis que são nocivos por natureza, como o petróleo. Existem outros que são menos nocivos, como a água. A água não é nociva, mas a inundação provoca prejuízo ambiental. Então, tem de ser muito bem administrada.

O que resolve isso? Resolve investimento pesado em tecnologia. Em muitos países o carvão hoje é produzido, a geração de energia é feita com altíssima tecnologia e o nível de emissões é extremamente baixo, menor até do que outros combustíveis renováveis e que causam um estrago maior ao meio ambiente.

O IBAMA e as Secretarias do Meio Ambiente estão cada vez mais capacitados e cobram cada mais vez — e adequadamente, eu entendo — investimento em tecnologia, para que tenhamos uma matriz energética equilibrada, e não ocorra, como na minha época, em que ora era muito bom fazer com determinada fonte, ora era palavrão fazer com essa mesma fonte.

Então, eu vejo assim: o carvão é um combustível importantíssimo, sim. E uma vez que o gerador invista em tecnologia, no meu entendimento, ele pode ser, sim, utilizado. A PETROBRAS não tem em seu plano de negócios nenhum projeto em carvão e não terá. Pelo menos nesse plano de negócios em que estamos trabalhando, de 2013 a 2017.

Mas a PETROBRAS não tem a obrigação nem o privilégio de ser responsável pela geração de toda energia elétrica no Brasil. O nosso controlador define muito bem as nossas ações em carvão. Hídrica também não está no plano de negócio. Eólica, muito menos, mas ainda existe alguma coisa de eólica. Depende, porém, de preço, porque não vou entrar para ganhar um leilão a 98 reais por megawatt-hora e depois ser inviável a construção.



E aí vem o refino em Santa Catarina. Não há previsão de refinaria em Santa Catarina. Já temos o grande desafio de construir essas quatro refinarias, e não há previsão neste plano de negócio.

Evidentemente, o Brasil cresce. A PETROBRAS pode descobrir mais petróleo, necessitar de mais infraestrutura, e aí os novos tempos são novos tempos. Santa Catarina não tem uma refinaria. Desde que eu entrei na PETROBRAS, Santa Catarina coloca devidamente o seu pedido para uma refinaria. E a hora chega.

Conteúdo local é política do Governo, e a PETROBRAS não pode deixar de fazer conteúdo local. Mas eu entendo, assim como muitos de nós na PETROBRAS entendemos, que um local bem administrado é uma bênção. Imaginem alguém ter um carro importado — e eu não tenho carro —, bater e arrebentar o para-choque, ou sistema elétrico entrar em pane, e ficar 1 ou 2 meses com o carro na garagem esperando para a peça ser importada, caso não haja uma montadora no Brasil.

Para nós, da indústria do petróleo, é uma bênção, se bem administrada, a política de industrial relativa a conteúdo local, porque, se acontece um problema na plataforma, rapidamente se volta à produção, porque a empresa que fez todo o todo o bloco da perfuração tem grande parte da tecnologia em Macaé, em Duque de Caxias, na Baixada ou em São Paulo, seja onde for. É muito bom pegar o telefone e, em uma hora, uma equipe inteirinha estar lá para atender. Só se consegue isso se tiver escala, se tiver preço, se tiver competitividade. Então, conteúdo local é algo realmente importante.

Como é que os senhores nos ajudam a tirar os nossos atrapalhos? Gostei muito dessa colocação. Para mim, é gratificante ouvir do senhor que pode nos ajudar. Prefiro não sair atirando para todos os lados, prefiro buscar os nossos objetivos, procurar resolver nossos problemas maiores, as dificuldades maiores que muitas vezes aparecem em alguns projetos de lei. Prefiro trabalhar com o senhor mais diretamente em assuntos específicos, poder bater na sua porta e dizer: *“Lembra daquela ajuda que o senhor me prometeu naquele dia lá?”* Eu também cobro. Cobro para danar. Aí, vou bater lá no seu gabinete e dizer: *“O senhor pode me ajudar? O senhor disse que me ajudava”*.

Com relação à questão química e petroquímica, esse é um “problemaço”. Temos tratado as dores de barriga, as dores de cabeça, as ansiedades da indústria



química e petroquímica localmente. Existe, por exemplo, um problema na produção de metanol. Metanol é matéria-prima importante para a produção de biodiesel. Imaginem produzirmos biodiesel tendo de importar metanol, porque a empresa brasileira fechou porque o preço do gás está caro.

Competir com os Estados Unidos com o preço de gás a 2 dólares por milhão de BTU, o *shale gas* americano em Marcellus e vários campos nos Estados Unidos, é impossível. Lembrem que meu petróleo está a 7 mil metros de profundidade, 2 mil metros de água e mais 5 mil metros de reservatório. É caro para danar. Não consigo produzir a 2 dólares. E quem produz a 2 dólares e vende para o mercado externo, não vai vender a menos de 10, 12 dólares, porque ninguém deixa dinheiro na mesa.

O grande problema da indústria química e petroquímica brasileira hoje é que é impossível competir com os Estados Unidos para novos projetos com relação à produção do gás. Não existe como fazer um contrato, porque os investimentos em química e petroquímica são muito intensivos em capital. Se o empresário investe 1 bilhão, 2 bilhões, 3 bilhões, 4 bilhões, 5 bilhões ou 10 bilhões, ele quer um contrato de 25 anos a 2 dólares para poder competir com os Estados Unidos. Isso não existe. Não há como, porque nosso custo é muito alto, porque nosso petróleo é *offshore* e o gás que vem agarrado nele está lá.

O que temos feito com a indústria química e petroquímica é tratar localmente. Temos leilão de gás. Jogamos o preço do gás. Quando as térmicas não estão funcionando, o preço do gás baixa, e a indústria dá uma melhorada. Mas é um “problemaço”.

Urge a adoção de políticas industriais específicas, tributárias e fiscais para a indústria química no Brasil. Acho importantíssimo um gás mais competitivo e um pacote adequado no que se refere às questões tributárias e fiscais para termos uma indústria de bens e serviços. Eu digo até que, se eu der o gás, ele vai me custar mais caro do que 2 dólares. Por quê? Porque eu estou no mar, lá longe. Ele tem um custo para ser produzido.

Então, não existe essa possibilidade. Aquele *shale gas*, o gás de xisto, aquela produção não convencional, os Estados Unidos estão nadando de braçada. Na hora em que puderem exportar, vão exportar 10, 12, 14 dólares. Não tem jeito, porque ninguém deixa dinheiro na mesa.



E aí vem uma questão muito importante, a questão ambiental. Nós não somos, Sr. Deputado, uma empresa nem de um dia, nem de uma década. Nós somos uma empresa de meio século e queremos ser uma empresa de muitos séculos. E nós sabemos, temos absoluta certeza de que a única de continuar operando é ter uma disciplina absoluta, irrestrita, inquestionável em relação ao meio ambiente. Essa é uma missão da PETROBRAS. Nós temos feito isso ser ainda mais explícito. E é por isso que pequenos vazamentos, que antes não eram contabilizados, hoje são contabilizados, aparecem no *site* da ANP de forma devida. E pequenos volumes, que no ano passado não eram percebidos, este ano são. Eu acho isso muito importante, porque por trás de um pequeno vazamento pode vir um grande vazamento. Não é uma regra geral, mas pode vir.

Na PETROBRAS, desde que assumi — e eu tenho certeza que o Gabrielli estaria fazendo a mesma coisa —, todo vazamento, seja de 1 litro, seja de 1 barril, o cara que deixou vazar tem que pegar o telefone e ligar para mim. Eu não quero ouvir isso de ninguém que não seja do responsável por aquele vazamento. *“Ah, a senhora tem tempo para isso?”* Esse tempo eu faço na minha agenda. Ele me liga, me explica: *“Ó, rapaz, mas foi isso mesmo?”* — *“Foi isso mesmo”*. — *“E o que você fez para mudar isso?”* — *“Ah, fiz isso e aquilo outro”*. — *“Pois bem, então está bom”*.

Na reunião da diretoria, toda quinta-feira, nós começamos assim: Diretor nº 1. Aí o diretor nº 1 levanta o dedo. *“Você fez seu trabalho de casa?”* — *“Fiz.”* *“Houve vazamento?”* — *“Houve”*. *“Então, explica”*. Aí ele explica, explica, explica.

Então, aquilo que era lido só no final do ano, hoje é lido todos os dias. Quando vaza, o cara me liga, e na reunião de diretoria discute.

Nós criamos um grupo de trabalho bastante ativo, em que fizemos diversas melhorias. Agora, em 30, 40 dias, essas melhorias serão implementadas. E aquele vazamento, que vazou pelo dreno. *“Mas só vazou pelo dreno”*. — *“Mas não era pra vazar, rapaz, não era para vazar”*. Então, aquilo que tínhamos como rotina, não pode mais.

Além disso, este ano, logo depois que eu assumi, houve um grande evento, num hotel da Barra. Toda a diretoria da PETROBRAS, todos os presidentes das empresas subsidiárias, todos os gerentes-executivos da PETROBRAS, representantes das grandes empresas, todos estiveram lá para acompanhar um



seminário sobre segurança, meio Ambiente e saúde. Esse seminário existe já há alguns anos. Este ano nós tivemos mil participantes da PETROBRAS, trocando experiências. Eu estive no evento. E mais do que isso: a minha presença é o somatório de outras presenças do Gabrielli em eventos absolutamente semelhantes.

Então, é crescente a preocupação que temos com a questão ambiental na PETROBRAS, porque sabemos que não poderemos operar mais se não tivermos absoluta afinidade e disciplina em relação ao meio ambiente. É uma questão de sobrevivência da companhia.

Acho que respondi a sua pergunta. Se não respondi, depois o senhor me fala, que eu a complemento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Dra. Graça.

Último bloco. Passo a palavra ao Deputado Luiz Argôlo, PP-BA. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO** - Sr. Presidente, primeiramente, parabênzo o autor do requerimento, nosso grande professor, Deputado Arnaldo Jardim, nosso colega desta Comissão. Agradeço à Presidenta da PETROBRAS a presença, que tem um grande desafio. Eu fiquei surpreso pela sua dialética, eloquência, pela facilidade de expor, pois é altamente explicativa, ao utilizar não apenas *slides*, mas ao responder também às perguntas que lhe foram feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - São 33 anos de PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO** - Muito em *off*: mais do que a minha idade!

Sra. Presidenta, sei da sua responsabilidade na Presidência da PETROBRAS. O mercado e as pessoas, que são os colaboradores da PETROBRAS, já divulgavam o seu perfil de grande gestora, muito criteriosa, extremamente exigente, rigorosa quanto aos resultados, à eficiência da gestão.

Compreendo que essa responsabilidade sobre seus ombros é muito grande, porque a PETROBRAS tem hoje uma marca que é tanto ou maior do que a marca do Governo Federal. A PETROBRAS é uma marca do povo brasileiro. Ela é uma referência muito grande não apenas para os acionistas ou colaboradores diretos, mas para o povo brasileiro, principalmente para aqueles que estão no Nordeste, que



estão na expectativa dos investimentos da PETROBRAS, desde uma marca ou bandeira de um posto de gasolina BR até grandes instalações de estaleiros, construções de grandes refinarias, unidades de fertilizantes, enfim de todo tipo de obra que a PETROBRAS vem realizando por todo o Brasil e pelo mundo afora.

Quero fazer 3 perguntas bem claras e pontuais à Presidenta, porque vários Deputados fizeram perguntas que acabaram coincidindo com nossa linha de pensamento.

Primeira. Sou Relator da PFC 87/2009, que trata do formato, da fiscalização do indexador do combustível. Claramente, qual o formato em que isso é feito pelo mercado? Pergunto se é apenas o barril de petróleo ou se é questão interna. Eu vi no *slide*, rapidamente, mas eu queria que isso fosse mais esclarecedor para minha opinião, porque eu tenho projeto na outra Comissão e acho que saber disso me seria bastante interessante.

A segunda é com relação à transferência de tecnologia do Governo da Coreia do Sul à PETROBRAS, especificamente da Samsung. Acho que a Hyundai também tem parceria com outras empresas construtoras de navios, com a PETROBRAS. E o programa que a PETROBRAS tem, diretamente, na construção de estaleiros e de navios. De fato, quando vai ser feito o primeiro navio? e quando vai estar em funcionamento? Porque houve algum ruído no mercado de que o primeiro navio que saiu da Coreia teve um defeito de fabricação, e que no teste de mar ele teve logo de voltar ao estaleiro para ser recuperado ou ter regularizada essa situação.

Então, de fato, não só o Brasil, mas principalmente o meu Estado da Bahia, está aguardando que S.Sa. venha fazer uma visita ao estaleiro. Acredito que será na próxima semana. De fato, o que o Governo coreano, principalmente a Samsung, colocou na sua tratativa de negociação com a PETROBRAS, a transferência de tecnologia, isto está se cumprindo, porque somos representantes, somos Presidente da Frente Parlamentar Brasil/Tigres Asiáticos, e estamos negociando, dialogando com todos os países que têm presença forte na fabricação de navios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Luiz Argôlo, sempre gentil com a Presidência, cumprindo o tempo.



O segundo desse bloco é o grande amigo, Deputado Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento nosso colega Arnaldo Jardim por esta audiência pública e a nossa Presidenta Maria das Graças Silva Foster.

Fico aqui observando. Imagino o orgulho que S.Sa. sente de estar no comando da maior empresa da América Latina, a PETROBRAS, orgulho nacional.

Presidenta, fala-se muito no conteúdo nacional. Isso foi um divisor de águas no Brasil, quando o Presidente Lula expressou que o Brasil poderia fabricar seus navios, suas plataformas, suas sondas, enfim, para exploração do petróleo e do gás.

Hoje — eu sou do Rio Grande do Sul — o polo naval do Rio Grande é um verdadeiro espetáculo para o desenvolvimento da nossa região, em que pesem todos os gargalos de infraestrutura (ferrovia, rodovia, mão de obra, expansão da cidade).

Uma cidade que levou 200 anos para ter 200 mil habitantes vai ter 400 mil habitantes nos próximos 10 anos, segundo o planejamento que se faz. Então, é evidente que o nosso País tem este grande desafio para enfrentar: conteúdo nacional.

Dizem, por exemplo, que o tempo para se abrir um estaleiro e construir uma plataforma na China é de 18 meses e que o custo de fabricação não tem comparação com o custo no nosso País. Isto tem acontecido no mundo inteiro: também os estaleiros nos Estados Unidos e em outros países não têm competitividade com os dos Tigres Asiáticos, o que tem quebrado essa indústria. Nós estamos, digamos assim, na contramão, contrariando isso que tem acontecido no mundo. Então, em que perspectiva, em que prazo o Brasil terá essas condições efetivas de competitividade?

Refiro-me também, Presidenta, à formação. Como a PETROBRAS poderia ajudar? Hoje nós temos, na Universidade Federal de Pelotas, um curso de Geologia e Engenharia de Petróleo — mas, quando se abre concurso, não há professor. Os profissionais não se inscrevem para fazer um concurso para a Universidade, até por conta dos salários e do mercado muito aquecido. Então, como a PETROBRAS,



inclusive com sua universidade, com seu centro de pesquisas, pode ajudar essas universidades, para que possamos vencer o desafio de formação de mão de obra, o que, evidentemente, é de médio e longo prazo? Sempre se ouve falar do grande desafio brasileiro para formar engenheiros, geólogos, enfim.

Por último, o Rio Grande do Sul tem a expectativa de ser produtor de petróleo. No período anterior à sua gestão, a PETROBRAS devolveu dois ou quatro blocos que havia na Bacia de Pelotas e ficou com dois, continuando os estudos e a prospecção. Eu queria perguntar à senhora se há alguma viabilidade efetiva de exploração da Bacia Pelotas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Nós é que agradecemos, Deputado Fernando Marroni.

Passamos a palavra ao Deputado Mauro Lopes, que é um querido amigo, mineiro da sua terra, Sra. Presidenta. Mauro é também, para honra nossa, o Secretário Nacional do PMDB. Portanto, o Mauro, que é da sua terra mesmo e é Secretário Nacional do PMDB, muito nos honra com a presença.

Deputado Mauro, V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Eu não vou gastar esse tempo todo, Sr. Presidente, porque a preciosidade da palestra da nossa querida Graça Foster muito nos alegra.

Sra. Presidente Graça Foster, eu quero fazer aqui um agradecimento e, depois, demonstrar o meu orgulho e a minha satisfação, porque estou cada mais encantado com V.Exa., que, com esse conhecimento múltiplo do sistema energético e de todos os modais de energia, está dando uma verdadeira aula para nós todos aqui.

Nós nos orgulhamos de ser brasileiro e de ter a grande PETROBRAS.

Quero fazer o agradecimento por essa planta de fertilizantes que a PETROBRAS está fazendo lá em Uberaba, Minas Gerais, que vai ajudar o nosso setor produtivo da agricultura. Nós somos dependentes de fertilizantes; a maioria deles é importada. Portanto, isso é muito importante.

Quero mesmo demonstrar a minha alegria e agradecer à Presidente Dilma por ter escolhido V.Exa. para presidir essa grande empresa, com esse vasto



conhecimento seu. E quero dizer da múltipla alegria minha de ser seu conterrâneo mineiro e ser seu conterrâneo de Caratinga. Então, a nossa cidade a aguarda com muita alegria. Na hora em que V.Sa. tiver um tempinho — eu sei que não tem folga; mas digo na hora em que quiser um descanso, em que quiser rever os seus conterrâneos —, a nossa cidade a receberá emocionada. Eu tirei aquela foto com V.Sa., lá na posse, e ela foi divulgada em todos os jornais da cidade. Então, V.Sa. é um orgulho muito grande para nós, mineiros e caratinguenses. Que Deus a proteja! E que continue realmente engrandecendo cada vez mais a nossa PETROBRAS.

Tenho um agradecimento a fazer à nossa Presidente Dilma por ter indicado V.Sa. para presidir essa grande empresa.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS FOSTER** - Gostaria de ver essa foto.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Eu vou lhe mandar o jornal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Que beleza, Mauro! Você, sempre simpático, é um dos Deputados mais queridos nesta Casa.

Eu passaria a palavra ao próximo orador, e com muita alegria, mas muita alegria mesmo, por revê-lo chegando à Casa, de volta, depois de um acidente. Mas Deus o conservou, as nossas orações valeram, e está aí Otavio Leite, firme e forte, para fazer a saudação à nossa Presidenta.

O Deputado Otavio Leite está com a palavra. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Muito obrigado, Deputado Sessim, que é o nosso decano do Rio de Janeiro, essa figura adorável que nos encanta a todos.

Presidenta, colegas, vou procurar ser bem breve, para perfazer aqui o âmbito das indagações, nesta oportunidade especial da sua presença.

Não faz muito tempo, meu filho, que se chama Fernando, me perguntou: “*Meu pai, fale um pouco sobre a PETROBRAS*”. Eu falei três ou quatro coisas, basicamente.

“*O que é o pré-sal?*” O Brasil é autossuficiente em petróleo, 2 milhões de barris — viva a PETROBRAS! viva a história da PETROBRAS! E o pré-sal são outros 2 milhões de barris/dia daqui a 6, 7 anos, se tudo der certo. Isso é o pré-sal.

“*E como é que é a capacidade de investimento da PETROBRAS? A PETROBRAS é um outro Brasil?*”



Eu lhe falei: é praticamente um outro Brasil. Se nós pegarmos o orçamento da União, o que é que sobra: receita líquida para investimento do Tesouro. Sobram 47, 50, 60 bilhões, como foi este ano. Na PETROBRAS, é verdade, são 30 bilhões de dólares, ou seja, 60 bilhões de reais/ano de investimentos líquidos. Falei certo ou falei errado para o meu filho? Ponto 1.

Ponto 2: eu não sei se a Presidenta tem ciência, mas há uma proposta em tramitação nesta Casa — dadas essas condições todas, aqui, que foram bem enaltecidas pelos colegas, ela é absolutamente adequada, a nosso ver — de elevar à estatura constitucional uma cláusula sobre a impossibilidade de alienação da PETROBRAS. Então, ao art. 177 da Constituição, que cuida do petróleo, eu propus a PEC nº 370/2009, que já foi aprovada na Comissão de Justiça e está à espera que se constitua a Comissão Especial. Propus que o controle da estatal Petróleo Brasileiro S/A seja exclusivo da União, vedada a alienação do controle. É lógico que pode comercializar ações, etc., mas desde que sob controle da União.

Então eu queria saber se a Presidenta sabe dessa Proposta de Emenda à Constituição. O que ela acha?

Finalmente, apenas para ciência da senhora — eu sei que são milhares de assuntos, mas aqui até concatenado à questão do pré-sal —, sobre o Aeroporto de Jacarepaguá. Dada a logística e diante do *off-shore* de helicópteros, ele está assoberbado, saturado. É preciso pensar numa alternativa para lá. E ele é praticamente fruto da demanda da exploração petrolífera lá. Além disso, há muitos problemas com a população por conta dos ruídos, e por aí vai. Queria que a senhora também tivesse ciência disso.

Fecho, agora. Pelos dados que eu obtive sobre a execução das estatais, em relação ao nosso COMPERJ, que gostaríamos que estivesse mais adiantado, a informação que obtive é de que, dos 5 bilhões de reais previstos em 2011 para investimentos foi investido só 1 bilhão e 800. Gostaria de saber se a senhora tem ciência, se é por aí mesmo, ou se tem alguma boa notícia, nesse campo, para dar mais velocidade ao COMPERJ.

Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Antes de passar a palavra à nossa Dra. Graça Foster, eu queria dizer que também se inscreveram para,



principalmente, saudá-la pela excelente palestra que proporcionou a todos nós, o Deputado Carlos Souza, que teve que se ausentar, o Deputado Gladson Cameli, o Deputado Padre João, o Deputado Luiz Fernando, o Deputado João Pizzolatti, o Deputado Duarte Nogueira, o Deputado Edinho Bez, o Deputado Leonardo Monteiro, o Deputado Quintão, o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Adrian.

Esses Deputados estiveram conosco, mas, como esta audiência acontece paralelamente com uma sessão extraordinária convocada pelo Presidente, para se discutir e votar o Código Florestal, alguns tiveram que se ausentar.

Por fim, Sra. Presidenta, eu quero tomar a liberdade: quando o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado José Otávio Germano aprovaram o requerimento, nós fomos procurados, de maneira institucional, no nosso gabinete aqui na Presidência, por várias associações de grandes consumidores de energia, e eles nos indagaram se poderiam fazer perguntas a V.Sa. Lamentavelmente, eles não podem, pelo Regimento. Então, eu recolhi algumas, que vou passar a suas mãos, para, se puder, responder até mesmo por escrito.

Inclusive a ABRACE foi uma das principais empresas.

Vejamos algumas perguntas; aliás, algumas delas já foram feitas aqui.

Qual a expectativa da PETROBRAS de efetivamente cumprir o plano de investimento de 224 bilhões, conforme apresentado no plano de negócios, principalmente se considerarmos que as premissas utilizadas no plano de petróleo, com viés de baixa do câmbio em torno de 1,73%, podem não se concretizar?

Como a empresa está preparada para um cenário de real depreciado e com o petróleo acima de 120 dólares o barril, para o período de 2015?

Diante do cenário atual, a meta de 6.400 barris de óleo/dia, em 2020, se mantém?

São essas algumas das perguntas que a senhora poderá levar e responder depois, para não tomar mais tempo aqui.

E mais: com relação à indústria do gás natural, quais as perspectivas da companhia com relação aos investimentos projetados das novas plantas de fertilizantes? a PETROBRAS possui reserva de gás para atender a demanda de todos esses novos projetos? qual seria a demanda de gás para essa indústria? a



PETROBRAS já possui uma estimativa de quanto irá produzir de gás natural, que possa ser ofertado ao mercado nos próximos anos?

Muitas delas, acredito, já foram respondidas na própria palestra.

É sabido por diversos veículos de comunicação o alto custo do gás natural pago pela indústria nacional. A PETROBRAS pretende estimular o crescimento do mercado cativo das distribuidoras, via maior disponibilidade de gás, além dos leilões de curto prazo? Há alguma perspectiva de sinalização de preços mais competitivos para estimular esse crescimento? Há alguma expectativa de mudança na política comercial?

E, finalmente, uma questão que já foi falada por V.Sa. aqui: depois de anos de negociação, a PETROBRAS e a Vale, com a intermediação do Governo Federal e do Governo de Sergipe, chegaram a um acordo — esta pergunta é até minha — para que a Vale explore o potássio naquele Estado? Os investimentos podem chegar a 4 bilhões de dólares, segundo informou a Vale. Além dos claros benefícios para o Estado de Sergipe, gostaria que a senhora explicasse a importância desse acordo em termos estratégicos para o País — como já foi falado aqui.

Ficam, então, essas perguntas, para que V.Sa. responda depois por escrito.

Passo a palavra à nossa palestrante, a Dra. Maria das Graças Fortes, para que atenda ao último bloco, conforme as perguntas direcionadas.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Com relação às perguntas escritas, todas serão respondidas, certamente. OK, Fernando? E vamos caminhando.

Quanto à formação de preços de combustíveis, a paridade é o preço internacional. Então, tem-se o *brent* a 110, a 120, a 80, a 90, e isso forma preço de combustíveis e forma também os nossos pagamentos a título de participações governamentais, por exemplo.

Então, está tudo associado a *brent*, está tudo associado a preço *on-line*. Nos Estados Unidos é assim: aumentou 10 no *brent*, aumenta no mesmo dia, na mesma hora, 10 na bomba. E o americano também não gosta disso. Ainda mais nesses momentos em que o *brent* está alto, em que a economia está sendo recuperada. Existe já um grande desconforto por parte do consumidor.



Transferência de tecnologia. Vejam bem, a PETROBRAS não contratará diretamente os estaleiros para essas sondas de perfuração. São 7 as que já foram contratadas, e mais 21 serão contratadas; será assinado o contrato dessas 21 com a empresa Sete Brasil. A empresa Sete Brasil é quem contrata o estaleiro.

Então, o que nós temos dito como sendo extremamente importante é que essa empresa que vai contratar os estaleiros para construir as nossas sondas exija que esse estaleiro tenha um parceiro tecnológico. De estaleiro que nunca fez sonda alguma nós não vamos tomar risco. Porque nós é que somos o cliente. Se ele não tiver um parceiro tecnológico para explicar para ele, empresa, como é que se constrói uma sonda de perfuração... Enfim, a exigência da PETROBRAS é que o estaleiro tenha um parceiro tecnológico. Se esse parceiro tecnológico vai transferir tecnologia para o dono ou para os donos do estaleiro, para as empresas que construíram o estaleiro, eu espero que sim; mas isso é algo que tem de ser exigido pelo dono do estaleiro, e não pela PETROBRAS. Nesse caso, a PETROBRAS é cliente.

Em relação a *João Cândido*, houve um tempo maior para a construção do navio. Esse navio fez teste de mar recentemente e foi aprovado. Existe muita discussão, muita fala, muitas delas corretas, outras, não. Mas o *João Cândido* passou no teste de navegabilidade, foi levado ao mar e acredito que já esteja trabalhando. E o navio já está se pagando, eu espero. Não sei se hoje ele está no mar, mas sei que ele passou no teste de navegabilidade.

Em relação à Bahia, ela tem a tradição do petróleo no Brasil. Nós estamos agora com duas sondas autoelevatórias que estarão sendo lançadas aí para trabalhar também, porque sonda trabalha, navio trabalha, a Presidente trabalha, todo mundo trabalha; e a infraestrutura trabalha também, não pode ficar parada. Teremos mais grandes oportunidades na Bahia, certamente, no que se refere a estaleiros.

Em relação ao ilustre Deputado Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul, eu gostaria de vê-lo preocupado com tudo o que você colocou. Realmente, é uma preocupação, mas é importante que haja muita alegria nessa preocupação, porque isso daí é um problema bom de ter. Quando você tem um pré-sal descoberto, você tem uma política industrial que diz o que tem de ser feito no Brasil.



E quanto a esse porto do Rio Grande, digo que estive lá recentemente, no Estaleiro Rio Grande 1, Estaleiro Rio Grande 2. É uma loucura! Mas que boa loucura é essa? Ela só tem de ser muito bem administrada. Este é o ponto, para que a gente continue prosperando. Desafio tem, mas esse é o melhor dos desafios.

É muito fácil mandar construir uma plataforma na Coreia. É muito fácil. Ela pode atrasar 300 dias também, ouviram? A gente também tem isso, tem atraso. Tem sondas que chegaram mais cedo; outras, mais tarde. Então, isso também atrasa. Então, entre atrasar lá e atrasar cá, se é que vai atrasar, eu prefiro que atrase aqui, porque aqui está debaixo do meu nariz, aqui cria emprego e renda. Então, eu gosto mais que seja aqui. Não quero que atrase, mas, se atrasar, que atrase aqui. Por favor, não vá atrasar lá! É tudo isso. São muitas variáveis, e não é fácil.

Nós somos uma das maiores empresas do mundo. Somos a quinta maior empresa de petróleo do mundo. Somos a maior empresa da América Latina. A gente sabe fazer, e nós estamos fazendo.

Lembro-me de quando trabalhávamos só *on-shore*. Eu sou da perfuração. Quando a gente ia para o mar, com 100 metros de lâmina d'água, 200, 300, 400 metros. Diziam: "*Mas não dá, não tem jeito.*" E a gente fazia aqueles grupos de trabalho, conversávamos e rabiscávamos na parede, com aqueles papéis colados na parede, e tal.

Hoje é diferente, porque hoje tudo é feito com o computador. E acho meio ruim no computador. Depois vai para o computador, mas o início, aquela partida, é legal quando todo mundo está vendo. "*Ah! Faz assim.*" E a gente faz 2.500, 2.600 metros de lâmina d'água". E quem disse que a gente não faria?

Então, eu tenho a certeza de que, com a demanda que a PETROBRAS tem, com os técnicos que a PETROBRAS tem, com a decisão do Governo Federal de impor, sim, de puxar o conteúdo local, nós vamos fazer.

Não é possível contratar, na PETROBRAS, mais caro, porque o TCU não deixa, e faz muito bem. Então, quando você faz uma contratação, você tem métricas internacionais.

Foi dito aqui que as ações da PETROBRAS caíram depois que nós fizemos uma contratação de não sei quantas sondas. As ações da PETROBRAS caíram mais uma vez quando nós não tivemos o melhor resultado no último trimestre



passado. As ações da PETROBRAS não caíram só porque nós fizemos contratação, mesmo porque ainda não fizemos a contratação — mas faremos. Estamos apenas esperando. Terminamos a negociação e fechamos o preço. E vamos contratar. Estamos esperando o momento. Porque tem a questão de financiamento, a questão de fiscalização do nosso lado, tem a questão jurídica. Então, tem um processo de alguns meses, para que a gente assine. Mas vamos assinar, e temos que assinar, porque o petróleo não pode ficar esperando por nós.

Então, muita empolgação eu acho o máximo! O Rio Grande do Sul está "arrebentando a boca do balão". No Sudeste do Brasil, Angra é um grande polo naval; o Rio de Janeiro é um grande polo naval. A Bahia está se preparando para ser um grande polo naval, e tenho certeza de que o Espírito Santo também vai resolver esse estaleiro virtual e vai se tornar também um grande polo.

É preciso gestão, é preciso foco, é preciso alegria, é preciso confiança, é preciso determinação!

A PETROBRAS tem ajudado na questão da formação de pessoal? Sim, tem muito. Nós temos o PROMINP, temos curso de capacitação; entramos com a maior parte da obra. Agora, é preciso muita gente. O Governo do Estado tem que tirar a mão do bolso, tem que chegar lá, tem que pegar, tem que empenhar, tem que investir em conhecimento no seu Estado, em âmbito de ginásio — não sei qual o nome que recebe hoje em dia, mas é o segundo grau. Tem que investir no talento daquela garotada toda, para que eles possam se empregar.

Então, eu não tenho medo de desafios. Eu acho só que, se a gente antes não sabia fazer águas profundas, hoje somos líder mundial. E assim foi. Descobrimos o pré-sal, e é porque descobrimos o pré-sal que nós vamos construir com os outros agentes, com os Governos Estaduais e com o Governo Federal a indústria naval brasileira, a indústria *off-shore*.

Eu acho que respondi a todos.

Sim, eu não tenho vergonha de dizer que eu não sei. Por exemplo, eu não sabia da emenda à Constituição, essa que diz para não se alienar a PETROBRAS. Desculpa. Se os meus colegas com certeza sabem, digo porém que eu não sei. Mas quero aprender mais e ter as informações todas. Vou ler com muita atenção essa emenda que é posta nesse sentido. Não é isso? Então eu farei essa leitura.



Aeroporto de Jacarepaguá. Não tenha dúvida! Ele está no nosso plano de negócios. Buscamos a solução integrada com outros potenciais usuários do Aeroporto de Jacarepaguá. Temos completa consciência disso.

Da execução de 5 bilhões prevista — não sei se é exatamente 5 bilhões, porque não tenho esse número aqui — no COMPERJ, no ano de 2011, só foi investido 1,8 bilhão. Eu posso lhe assegurar que, independente dos números, o que não foi investido é porque não foi fisicamente realizado. Então, se você tem uma programação para o ano de fazer no COMPERJ, por exemplo, pegando carona nos números do ilustre Deputado. Se fossem 5 bilhões, não é porque houve restrição orçamentária para dizer que só se pode realizar 1,8 bilhão. Não foi. Se foi posto 1,8 bilhão é porque fisicamente só foi realizado aquilo que é relativo a 1,8 bilhão. Até este momento, não há previsão de corte de investimento na PETROBRAS por conta de não disponibilidade de caixa.

OK, Deputado? Desculpe-me dizer para o senhor que eu não sei dessa questão da emenda, porque eu não sei mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Eu posso até lhe ajudar.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Pode? Então me ajuda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - No Governo passado, nós corremos o risco de muita... Aliás, nos governos passados, há mais de 8 anos — desculpe, Otávio; é só para defender a minha posição —, corremos o risco de algum tipo de privatização. E o nobre Deputado Otavio Leite, que é um nacionalista de primeira hora e defensor da PETROBRAS, fez questão de formar posição. Daí essa emenda, que a gente apoia e que tenho certeza de que vai ser aprovada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu vou ler todas as letras.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Eu vou lhe mandar. Eleva a estatura constitucional. É um dispositivo na Constituição que coloca essa cláusula de inviabilidade que veda a alienação do controle estatal da companhia, da PETROBRAS.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu vou ler tudinho. Pode ter certeza.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - E queira divulgar lá na PETROBRAS.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - E divulgo também.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Dra. Maria das Graças Silva Foster, mais alguma coisa?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Antes de encerrar, quero dar à Dra. Maria das Graças Silva Foster a oportunidade de fazer as considerações finais, se deseja.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS FOSTER** - Eu desejo agradecer e falar para os senhores do meu imenso orgulho em atendê-los.

Foi-me posto aqui o orgulho de ser Presidente da PETROBRAS. É um orgulho muito grande! Isto é fato. Agora, a responsabilidade é maior ainda. Esta é a questão: a responsabilidade é muito grande. E não quero decepcioná-los, jamais!

Obrigada. *(Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Antes de encerrar, eu queria falar da satisfação, da enorme alegria... Eu cumpro o 9º mandato consecutivo nesta Casa. São 9 mandatos. Já recebi, várias vezes, Presidentes da PETROBRAS, tantos que por lá passaram. Pela admiração muito grande que tinha também pelo Gabrielli... Confesso, como foi aqui surpresa para vários colegas — mas para mim, não — que eu sabia que essa mulher é guerreira. Para conseguir uma agenda com ela — Arnaldo se lembra disso — nós fomos ao Sales, do Sales ao Fernando, do Fernando ao Armando. E foi muita luta, e não porque ela não quisesse vir. Ao contrário. Ela disse: *“Eu quero ir embora, mas eles me seguram. Eu quero ir para lá, quero discutir, quero debater.”* Ela, quando não está no gabinete, está no estaleiro. Quando não está no estaleiro, está rodando, de madrugada, todas as operações da PETROBRAS. Essa é a Maria das Graças Foster, que nos orgulha muito. E sabemos que ainda vai dar muita alegria a este País.

Por isso eu vou pedir mais 2 minutos. E vou pedir ao nosso querido Arnaldo Jardim, nosso professor, que faça a saudação final e o nosso agradecimento pela vinda da Dra. Graça à nossa Comissão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Simão, acho que você já falou por nós. Mais do que isso, destaco a qualidade do debate que nós tivemos aqui, em período ininterrupto, paciente. Além de todas as qualidades, acrescente-se isto: já



são quase 2 horas da tarde. Nós estamos há 4 horas aqui. Acho que esta é uma evidência de que o Parlamento sabe viver um momento de nobreza como este.

Fiquei muito feliz com a qualidade do debate que nós pudemos manter com a senhora aqui.

Muito obrigado, em nome de toda a nossa Comissão, do nosso Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Simão Sessim) - Antes de encerrar a reunião, eu queria dizer à imprensa que tenha calma. A Presidenta disse que daria, ao final, a oportunidade de a imprensa entrevistá-la. Se ela quiser usar o nosso gabinete, disponha.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando os senhores e as senhoras membros para a reunião ordinária deliberativa programada para a próxima quarta-feira, dia 2 de maio, às 10 horas, neste mesmo plenário.

Está encerrada esta grande audiência. Muito obrigado.